



EDITAL Nº 90113/2024

Processo nº 48086.003493/2024-49

CÓDIGO UASG: 495130

OBJETO: Contratação de **serviços prestados por** Seguradora, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, de acordo com o Termo de Execução Descentralizada SGB/CPRM/ANA nº 09/2023, sob a responsabilidade do Departamento de Hidrologia – DEHID, com prestação de serviços pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com cobertura contra acidentes, danos materiais resultantes de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/RESERVA DE COTA ME/EPP: NÃO será concedido tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, conforme inciso VIII, do parágrafo 4º, do art. 3º, da Lei nº 123/2006.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 04.10.2024 as 10:00 hs, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPASNET) – <https://www.gov.br/compras>

MODO DE DISPUTA: Aberto

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

FORMA DE ADJUDICAÇÃO: Por Grupo

ORÇAMENTO SIGILOSO: não

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO: Até 3 (três) horas após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

INTERVALOS OBRIGATÓRIOS:

Mínimo de diferença de valores entre os lances: **R\$ 1.000,00 (um mil reais) do valor unitário de cada item**

Mínimo de tempo (em segundos) entre os lances enviados pela mesma empresa licitante: **10 (dez) segundos**

Mínimo de tempo (em segundos) entre o lance de uma empresa licitante e o melhor lance registrado na disputa: **20 (vinte) segundos**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Pregoeiro: **Arlindo José de Carvalho Júnior**

e-mail : pregoeirorj@sgb.gov.br com cópia arlindo.junior@sgb.gov.br

Tel.: (21) 25460265 ou (21) 981681697

Endereço: Av. Pasteur nº 404 – Urca – DEAMP /DIMATE – CEP: 22290-255 – Rio de Janeiro –RJ

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico.

EDITAL: Disponível nas páginas www.gov.br/compras e www.cprm.gov.br

FUNDAMENTO LEGAL: O presente certame reger-se-á pelas disposições da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME.

SUMÁRIO

[DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES](#)

[DO OBJETO](#)

[DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL](#)

[DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)

[DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPASNET](#)

[DO REGULAMENTO OPERACIONAL](#)

[DA PARTICIPAÇÃO](#)

[DO ENVIO DA PROPOSTA](#)

[DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA](#)

[DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO](#)

[DA CONSULTA AOS CADASTROS DE PESSOAS SUSPENSAS, IMPEDIDAS DE CONTRATAR OU DECLARADAS INIDÔNEAS](#)

[DA HABILITAÇÃO](#)

[DA SUSPENSÃO E DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA](#)
[DOS RECURSOS E DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO](#)
[DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)
[DA CONTRATAÇÃO](#)
[DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS](#)
[DO RECEBIMENTO](#)
[DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO](#)
[DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
[DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO\(S\) SERVIÇO\(S\)](#)
[DAS DISPOSIÇÕES FINAIS](#)

ANEXOS

[TERMO DE REFERÊNCIA](#)
[MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE](#)

EDITAL

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904 e **Escritório do Rio de Janeiro - ERJ**, localizado na Av. Pasteur nº 404 – Urca CEP: 22290-255 – Rio de Janeiro – RJ, CNPJ: 00.091.652/0002-60, por intermédio de seu Pregoeiro Arlindo Jose de Carvalho Junior designado pelo Ato nº 260/PR/2024 de 21.08.2024, do Sr. Diretor-Presidente, torna público aos interessados, que realizará, na data, horário acima indicados, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para contratação do objeto abaixo descrito, de acordo com as disposições da Lei nº 13.303, de 30/06/2016; do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM; da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME, e com os termos deste Edital e seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. A presente licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) – www.gov.br/compras.
- 1.3. As instruções estabelecidas neste Edital de Licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente Processo Licitatório. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas nos documentos de habilitação e/ou propostas.
- 1.4. Não será concedido tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, conforme inciso VIII, do parágrafo 4º, do art. 3º, da Lei nº 123/2006.
- 1.5. O valor estimado para a contratação, constar expressamente do item 23 deste edital.
2. **DO OBJETO**
 - 2.1. Contratação de serviços prestados por Seguradora, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, de acordo com o Termos de Execução Descentralizada SGB/CPRM/ANA nº 09/2023, sob a responsabilidade do Departamento de Hidrologia – DEHID, com prestação de serviços pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com cobertura contra acidentes, danos materiais resultantes de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
 - 2.2. O objeto da licitação será dividido em item(ns) ou grupo(s), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. Na hipótese da divisão do objeto em grupo(s), o licitante deve oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
 - 2.3. O regime de execução dos serviços encontra-se previsto no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por e-mail, dirigido ao(a) pregoeiro(a), no endereço eletrônico localizado na página 1 deste instrumento convocatório.
- 3.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do documento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo não serão aceitos.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.5. As impugnações e as solicitações de esclarecimentos serão respondidas diretamente no sítio www.gov.br/compras para consulta por qualquer interessado e vincularão os participantes e a CPRM.
- 3.6. É de responsabilidade exclusiva do interessado manter-se atualizado quanto a qualquer alteração ou esclarecimento sobre o Edital, através de consulta permanente ao sítio acima indicado.
- 3.7. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar do presente certame licitatório, os interessados que atenderem as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 4.2. A participação será pela **DISPUTA EXCLUSIVA PARA AS SOCIEDADES SEGURADORAS**, devidamente registradas na SUSEP, nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73/66.
- 4.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.
- 4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a) corretoras de seguro, sendo admitida apenas a participação das seguradoras diretamente por força do disposto no Acórdão 600/2015 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU e, nos termos do art. 16 do Decreto nº 60.459/67, que regulamenta o Decreto-Lei nº 73/66.
 - b) a pessoa jurídica cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CPRM.
 - c) a pessoa física ou jurídica cumprindo penalidade de suspensão de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CPRM.
 - d) a pessoa física ou jurídica declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
 - e) pessoa física ou jurídica autora do termo de referência, anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
 - f) a pessoa jurídica constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

- g) a pessoa jurídica cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.
- h) a pessoa jurídica constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- i) a pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- j) a pessoa jurídica que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- k) o empregado, dirigente da CPRM ou autoridade da União, como pessoa física.
- l) o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, do(a):
 - k1) dirigente da CPRM.
 - k2) empregado da CPRM cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.
 - k3) autoridade da União.
 - k4) pessoa física autora do Termo de Referência.

m) a pessoa jurídica cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CPRM há menos de 6 (seis) meses.

n) pessoas físicas, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, proibidas de contratar com o Poder Público por Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 02/06/1992.

o) sob concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

p) possuírem em seu Ato Constitutivo finalidade ou objeto incompatível com o objeto deste Pregão.

q) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país.

r) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CPRM ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

s) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5. O impedimento de que tratam as alíneas “c”, “d”, “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do subitem 4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. A critério da CPRM e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere a alínea “d” do subitem 4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da CPRM.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Como condição para participação no Pregão, o LICITANTE assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

4.10.2. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o LICITANTE não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.10.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.10.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da [Constituição da República](#);

4.10.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.10.7. que goza da preferência de que trata o [Decreto nº 7.174, de 12/05/2010](#) (deverá o licitante informar, se for o caso, que seu serviço atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º do citado Decreto, observado o disposto neste Edital);

4.10.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.10.9. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.10.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021](#).

4.10.11. A falsidade da declaração de que trata os subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas nas Leis nº 13.303/2016, 14.133/2021 e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do LICITANTE ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O uso da senha de acesso pelo LICITANTE é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à CPRM, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

6.1. O Pregão será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições, além das definidas na Lei nº 14.133, de 01/04/2021:

- a) coordenar o Processo Licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na *internet*;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;

- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- j) encaminhar o Processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e a homologação.

7. **DA PARTICIPAÇÃO**

- 7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.8. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo prestador de serviço durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.10. valor superior a lance já registrado pelo prestador de serviço no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.11. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo prestador de serviço no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.7 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CPRM ou de sua desconexão.
- 7.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.15. O LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.16. Incumbirá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. **DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 8.1. O LICITANTE deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, da descrição detalhada e minuciosa do objeto, indicando, no que for aplicável, procedimentos, abrangência, principais rotinas incluídas na execução, os prazos de início, de conclusão, de entrega definitiva e de garantia dos serviços prestados.
- 8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução.
- 8.3.1. **As propostas e os lances ofertados deverão indicar o Preço do Prêmio Total dos Seguros a serem pagos, resultado do somatório dos prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos,** a ser aplicado sobre o valor global anual dos serviços, já incluindo o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.
- 8.3.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.3.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 8.3.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 8.3.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.
- 8.3.8. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar consequências como as seguintes: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do artigo 71 da Constituição da República; condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato; entre outras.

9. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.6. As propostas e os lances ofertados deverão indicar o preço global do item, incluindo os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o disposto na página 1 deste Edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

MODO DE DISPUTA ABERTO

9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.12.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.12.6. Encerrada a etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente ou decrescente, conforme o critério de julgamento adotado.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.4. Os documentos que compõem a proposta do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5. Encerrada a disputa na sala virtual, o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, em meio digital, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 3 (três) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a proposta de preço adequada ao último lance, conforme o Modelo de Proposta, bem como os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados.

10.5.1. Somente mediante autorização do(a) pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail para o(a) pregoeiro(a), descrito na página 1 deste Edital.

10.5.2. O prazo máximo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do LICITANTE, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).

10.5.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.6. No caso de serviços em geral, haverá indício de inexecutibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CPRM e, no caso de serviços comuns de engenharia, propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CPRM.

10.6.1. A inexecutibilidade, na hipótese tratada acima, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.7. Haverá sobrepreço quando o preço orçado para licitação ou contratado estiver em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

10.8. O (A) pregoeiro(a) poderá convocar o LICITANTE para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de 3 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9. A CPRM se reserva o direito de realizar diligência para comprovar a veracidade das informações apresentadas, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado pelo licitante.

10.9.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) pregoeiro(a), para fins de diligência, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como, procedimentos, abrangência, principais rotinas incluídas na execução, os prazos de início, de conclusão, de entrega definitiva e de garantia dos serviços prestados, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, nos termos do §6º do artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

10.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

10.11. Todos os valores utilizados deverão ter como expressão a moeda corrente nacional.

10.12. A proposta de preço adequada ao último lance deve ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal do LICITANTE.

10.13. A proposta de preço adequada ao último lance deve conter a indicação do banco, número da conta e agência do LICITANTE, para fins de pagamento.

10.14. A proposta de preço adequada ao último lance será juntada aos autos e todas as especificações do objeto, tais como marca, modelo e fabricante, vinculam o proponente, incluindo nas eventuais hipóteses de aplicação de sanção.

10.15. O LICITANTE que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas no Edital e na legislação aplicável.

10.15.1. Conforme o Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, o pedido de desclassificação realizado pelo LICITANTE deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao(a) pregoeiro(a) deliberar sobre sua aceitação ou recusa, independentemente da comunicação à autoridade competente para as providências decorrentes.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**. **As propostas deverão indicar os prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos**, já incluindo o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto.

12. DA CONSULTA AOS CADASTROS DE PESSOAS SUSPENSAS, IMPEDIDAS DE CONTRATAR OU DECLARADAS INIDÔNEAS

12.1. O(A) pregoeiro(a) consultará para fins de participação no certame e eventual contratação futura, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, as certidões disponíveis para consulta consolidada no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>:

CERTIDÃO	ÓRGÃO EMISSOR
Licitantes Inidôneos	TCU
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA	CNJ
Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	Portal da Transparência
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.	Portal da Transparência

12.2. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta, por falta de condição de participação.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. O(A) pregoeiro(a) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira, conforme disposto no artigo 39 da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME, combinado com os artigos 9º, 10 a 13, 15 e 23, todos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

13.1.1. O LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, em meio digital, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 3 (três) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico, os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF.

13.2. O registro regular no nível Habilitação Jurídica do SICAF supre as exigências do inciso XI do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.2.1. O registro regular no nível Regularidade Fiscal Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista do SICAF supre as exigências dos incisos III, IV, V, VI e VII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, no que tange à regularidade em âmbito federal, estadual e municipal.

- 13.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o LICITANTE estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 13.3.1. Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a(s) certidão(ões) correspondente(s) através do(s) sítio(s) oficial(is), ou na hipótese de se encontrar(em) vencida(s) no referido sistema, o LICITANTE deverá encaminhar ao(a) pregoeiro(a) junto com os demais documentos de habilitação, na forma e no prazo definidos neste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006.
- 13.3.2. Nos termos do §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, na fase de Habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação **da ME/EPP/Sociedade Cooperativa** e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o LICITANTE for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.3.3. A prorrogação do prazo referido acima, será concedida pela CPRM, desde que requerida pelo LICITANTE, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, tudo devidamente justificado nos autos do processo.
- 13.3.4. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na inabilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à CPRM convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 13.4. O registro regular no nível Qualificação Econômico-Financeira do SICAF supre as exigências do inciso XXV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.5. Os LICITANTES que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 13.6. A Qualificação Técnica será demonstrada na forma prevista neste Edital, visando comprovar experiência(s) anterior(es) compatível(is) com o objeto arrematado.
- 13.7. Os LICITANTES que **NÃO** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista e à Qualificação Econômico-financeira**:
- 13.7.1. **Habilitação jurídica:**
- 13.7.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, ou a consolidação respectiva, devidamente registrado na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas. No caso de sociedade por ações e demais sociedades empresariais que elejam seus administradores em atos apartados, tais documentos deverão ser apresentados devidamente registrados na Junta Comercial. No caso das sociedades simples que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 13.7.1.2. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971.
- 13.7.1.3. Para empresas individuais deverá ser apresentado o Registro na Junta Comercial.
- 13.7.1.4. Para microempreendedores individuais – MEI deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade poderá ser conferida na internet.
- 13.7.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- 13.7.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.7.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 13.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o inciso III do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, consoante o inciso IV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- 13.7.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do LICITANTE, nos termos do inciso IV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, de acordo com o inciso V do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.2.5. Prova de regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, nos termos do inciso VI do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/1943 e de acordo com o disposto no inciso VII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.2.7. Caso o LICITANTE seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou da sede do LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.7.2.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 13.7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 13.7.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do inciso XXV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão deste, expedida a menos de 90 (noventa) dias da data limite para a entrega das propostas.
- a) A prova acima poderá ser feita mediante a apresentação de Certidão(ões) eletrônica(s) emitida(s) pelo Tribunal de Justiça competente.
- b) Para os LICITANTES sediados na Cidade do Rio de Janeiro, a prova acima será feita mediante a apresentação de Certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registros de Distribuição (atualmente emitida pelo TJ/RJ).
- 13.7.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do LICITANTE.
- 13.7.3.2.1. Os documentos acima referidos deverão ser apresentados devidamente registrados na respectiva Junta Comercial ou mediante publicação em órgão da Imprensa Oficial e, no caso das sociedades simples registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tudo de forma que fique evidente a identificação do nome do contador e do número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).
- 13.7.3.2.2. Para as empresas que tenham menos de 01 (um) ano de existência, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Último exercício social, com os respectivos Temos de Abertura e de Encerramento registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.
- 13.7.3.2.3. A empresa que se utiliza dos recursos da informática para efetuar sua escrituração contábil digital, pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, deverá apresentar cópia da via do Balanço Patrimonial transmitido de forma digital, com a respectiva Certidão que comprova tal envio, bem como a autenticação da Junta Comercial.
- 13.7.3.2.4. A comprovação da boa situação financeira necessária para responder pelas exigências financeiras do futuro contrato, será feita através do cálculo dos seguintes índices, efetuados a partir do balanço do último exercício social, considerando-se como habilitada, a licitante que apresentar a situação de igual ou superior a 1,0 (um inteiro), **em pelo menos um dos índices abaixo**:
- Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);
 - Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo); e
 - Índice de Solvência Geral (ISG) = [Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)].
- 13.7.4. **Qualificação Técnica:**
- 13.7.4.1. Os LICITANTES, cadastrados no SICAF ou NÃO cadastrados além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
- 13.7.4.2. Atestado(s) ou declaração(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE realizou, anteriormente, a execução de serviço(s) em características e quantidades compatíveis com o objeto da Licitação, conforme o inciso XII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.7.4.3. Os Atestado(s) ou declaração(ões), referidos acima, deverão ser originais ou cópias autenticadas contendo o CNPJ, endereço, telefone do emitente e o nome e cargo do subscritor.

13.8. Comprovação de autorização expressa da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para funcionamento ou a indicação de lei federal de criação da sociedade, hipótese em que é dispensada a autorização prévia exigida (cf. artigo 5º da Resolução Nº 422 DE 11/11/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados- CNSP).

13.9. Termo de Vistoria a ser expedido pela CPRM, do local onde serão realizados os serviços, conforme o modelo disponibilizado. O citado termo somente será emitido até o último dia útil de expediente na Unidade Regional da CPRM responsável pela licitação, anterior à data de realização do Pregão Eletrônico. O contato para a realização da vistoria deverá ser feito através do telefone descrito na página 1 deste Edital, no horário compreendido entre as 08:00 h e 11:30 h e de 13:00 as 16:30 h, em dias de expediente na CPRM. Alternativamente, a empresa licitante poderá optar pela não realização da vistoria, desde que manifeste a sua preferência pela não realização da vistoria, assumindo, portanto, os riscos de uma avaliação menos acurada sobre a prestação dos serviços, e manifeste, outrossim, o conhecimento de todas as condições para a prestação do serviço, bem como a plena ciência de que não se admitirá, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento, conforme o modelo disponibilizado.

13.10. Caso o LICITANTE apresente o comprovante de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF contendo algum item com a validade vencida, deverá apresentar, em substituição, o documento correspondente, até a abertura da sessão pública, na forma prevista neste Edital para encaminhamento dos documentos necessários para a habilitação no certame, sob pena de inabilitação.

13.11. Os documentos exigidos para habilitação, relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos LICITANTES ao(a) pregoeiro(a), no prazo e na forma previstos nesse Edital.

13.12. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.13. Os documentos necessários à habilitação contemplados no Edital deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou, excepcionalmente, pelo(a) pregoeiro(a) ou um dos membros da equipe de apoio, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, se originados por meio de processo eletrônico de informações, INTERNET, deverão indicar o endereço eletrônico, para que se comprovem as informações disponibilizadas.

13.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.15. Será inabilitado o LICITANTE que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

13.18. No caso de não estar consignado o prazo de validade no próprio documento, a data de sua expedição não poderá anteceder mais de 90 (noventa) dias da data da sessão pública virtual.

13.19. Os documentos que compõem a habilitação do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

13.20. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 3 (três) horas, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.

13.21. O LICITANTE provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.22. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do LICITANTE nos remanescentes.

13.23. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

14. **DA SUSPENSÃO E DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. O(A) pregoeiro(a) a partir da sessão inicial de lances até o resultado final do certame, avisará previamente, via sistema (*chat*) a suspensão temporária dos trabalhos em função de horário de almoço e/ou término do expediente, ou por motivo próprio, justificadamente no Sistema, bem como a data e o horário previstos de reabertura da sessão para o seu prosseguimento, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

14.1.1. A interrupção intencional da contagem dos prazos, somente será possível por meio da suspensão da sessão pública, feita pelo(a) pregoeiro(a). Reiniciando-a, a partir da reabertura da sessão pública sem prejuízo dos prazos.

14.2. A sessão pública poderá ser reaberta após a devida comunicação de reabertura do Pregão, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas:

14.2.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.2.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o LICITANTE declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2.3. Após a solução dos fatos geradores da suspensão dos trabalhos, mencionados acima.

14.3. Todos os LICITANTES remanescentes deverão ser convocados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para acompanhar a sessão reaberta.

14.3.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail.

14.3.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. **DOS RECURSOS**

15.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133/2021](#).

15.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, contados a partir da ata de julgamento.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; e
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.3. A licitação poderá ser revogada por motivo resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17. **DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Homologado o resultado da Licitação, será emitida a Nota de Empenho e elaborado o Contrato.

17.2. O adjudicatário será convocado para celebrar o Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, exclusivamente, por meio de assinatura eletrônica no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM.

17.3. Quando o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a contratar, serão convocados outros LICITANTES, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, previstas neste Edital.

18. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

18.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024 da CPRM, com a seguinte classificação:

- PTRES: 236045
- FONTE: 1071
- ND: 3390.39
- CENTRO DE CUSTO: 1472.040

19. **DO RECEBIMENTO**

19.1. As condições para o recebimento do objeto estão previstas no Termo de Referência e na minuta do Contrato.

20. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, somente após a execução e aprovação do objeto do Pregão e até o 10º (décimo) dia útil após a data do peticionamento eletrônico da Nota Fiscal, acompanhada dos comprovantes de regularidade (quando não dispensados na forma da Lei e do Edital), de recibo, atestado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde ocorrerá(ão) a prestação do(s) serviço(s), conforme o Termo de Referência, Anexo I.

20.1.1. O pagamento poderá ser realizado em parcelas, a título de contraprestação pela prestação de serviço executada de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência.

20.1.2. Em caso de serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência, Anexo I, a realização do pagamento parcelado observará o procedimento descrito neste item, contemplando a execução, o recebimento e a aprovação de cada parcela do objeto.

20.1.3. A apresentação da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e e do recibo emitido pela CPRM deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela prestadora de serviço no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

20.1.4. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante do prestador de serviço possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

20.1.5. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, o representante do prestador de serviço deverá encaminhar a documentação por e-mail ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

20.2. Toda a comunicação entre o prestador de serviço e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista acima.

20.3. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo prestador de serviço, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

20.4. No caso de atraso de pagamento, desde que o LICITANTE vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CPRM, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

20.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;
N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e
VP = Valor da prestação em atraso.

20.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPRM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, acima, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento), sobre o valor do(s) item(ns) prejudicado(s), em caso dos fatos terem sido realizados antes da adjudicação do objeto, ou sobre o valor estimado da contratação, nas hipóteses dos fatos terem sido realizados após a adjudicação do objeto;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. As sanções previstas no subitem 21.2 serão aplicadas em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. As infrações ocorridas após a assinatura do instrumento serão reguladas por cláusula contratual específica.

22. **DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 22.1. As condições da prestação dos serviços constam do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que deverá ser anexado ao Contrato, em conjunto com a proposta apresentada.
23. DO ORÇAMENTO DA CPRM
- 23.1. O Orçamento anual básico estimado pela CPRM é de R\$ 1.635.930,63 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta reais e sessenta e três centavos), irrecorrível para o período de 12 (doze) meses, já incluídos o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto desta licitação.
24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 24.1. Os atos não serão praticados no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) – www.gov.br/compras, após as 18:00 h, nem antes de 8:00 h.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) pregoeiro(a).
- 24.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.4. Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do LICITANTE que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.5. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CPRM revogá-la no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do Pregão.
- 24.6. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. É facultado ao(à) pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo de Licitação.
- 24.7.1. O LICITANTE, intimado a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverá fazê-lo, no prazo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 24.8. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CPRM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Processo Licitatório.
- 24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CPRM.
- 24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público
- 24.11. As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos LICITANTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União – D.O.U.
- 24.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o Processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.13. Os casos não previstos neste Edital, e desde que não conflitem com as legislações pertinentes, serão decididos pelo(a) pregoeiro(a).
- 24.14. A participação do LICITANTE neste Pregão implica na aceitação de todos os termos deste Edital.
- 24.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico – www.gov.br/compras e www.cprm.gov.br.
- 24.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.16.1. Anexo I – Termo de Referência GSC (2179053)
- 24.16.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços adequada ao último lance.
- 24.16.3. III - Anexo Termo de Vistoria (2194206)
- 24.16.4. IV -Anexo PREFERÊNCIA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA (2194247)
- 24.16.5. Anexo A – Minuta Contrato DICONT (2226233).
- 24.17. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Justiça Federal da Seção Judiciária da cidade do Rio de Janeiro.

Anexo II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

(Em papel timbrado da empresa)

Empresa Licitante	
Razão Social: *	
Endereço: *	
Telefone: *	
CNPJ/MF: *	
Dados Bancários: Nome do Banco: *	
Agência: *	Conta Corrente: *
Representante Legal *	
Nome: *	
Nº da Carteira de Identidade: *	Órgão Expedidor: *
Nº do CPF: *	
E-mail: *	

1. DO OBJETO
- 1.1. Propomos à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a prestação dos serviços de fornecimento de gases diversos e comodato de cilindro para uso no Laboratório de Análises Minerais - LAMIN-SP, do SGB-CPRM/SP, para realização de diversas análises químicas em atendimento as demandas da ANM para realização dos estudos *in-loco* em fontes de água mineral, baseadas na portaria SEI Nº 819 de 03 de dezembro de 2018, bem como em atendimento aos projetos internos da CPRM, conforme descritos no Termo de Referência, comprometendo-nos a cumprir, totalmente, suas especificações.

2. DO PREÇO

ITEM	VEÍCULOS	QTDE	COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	PRÊMIO PROPRIETÁRIO
01					
02					
N					

					VALOR PROPOSTA
--	--	--	--	--	-------------------

2.2. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, necessários à execução do objeto, tais como: o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.

2.2. As propostas deverão indicar o Preço Unitário, o Subtotal e o VALOR GLOBAL PROPOSTO dos prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos.

2.3. A CPRM não pagará qualquer taxa ou preço além dos mencionados, seja a qual tempo e razão for.

2.4. O seguro PROPOSTO deverá cobrir, no mínimo, os riscos descritos no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA GARANTIA

3.1. O prazo da execução do objeto, a forma de pagamento e as regras sobre a garantia do objeto observarão as previsões do Termo de Referência e do Contrato.

4. DA ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES E DA VALIDADE DA PROPOSTA

4.1. Pela apresentação da presente proposta manifestamos o pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos, manifestamos, outrossim, o conhecimento da imposição de sanções, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e do Edital, bem como no caso de desistência do(s) valor(es) ofertado(s).

4.2. O prazo de validade desta proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da apresentação.

5. DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

5.1. O proponente se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. O proponente declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

Observações Importantes:

1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imposição das sanções cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

2. A proposta deve ser preenchida com preços em real.

3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão comprovar o enquadramento citado, encaminhando ao(à) pregoeiro(a), junto com a proposta adequada ao último lance, a Certidão de enquadramento na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, expedida pela Junta Comercial, para obtenção da preferência de contratação destinada à ME ou EPP.

Local e data.

(Assinatura identificada do representante legal)

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2024.

Pregoeiro
ARLINDO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR
Matrícula nº 82.137.341

Equipe de Apoio
LUCIA APARECIDA SANTANA ALVES
Matrícula nº 71.671.541
TULIO FALCÃO RIBEIRO
Matrícula nº 88.555.041



Documento assinado eletronicamente por ARLINDO JOSE DE C. JUNIOR, Técnico(a) em Geociências, em 16/09/2024, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador 2231263 e o código CRC 041D6186.



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 48086.003493/2024-49

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, de acordo com o Termos de Execução Descentralizada SGB/CPRM/ANA nº 09/2023, sob a responsabilidade do Departamento de Hidrologia – DEHID, com prestação de serviços pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com cobertura contra acidentes, danos materiais resultantes de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Diante da proximidade da data de término da vigência da apólice de seguro dos veículos oficiais da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, e considerando que a contratação anterior era realizada pela ANA, mas agora será realizada pelo SGB/CPRM, é crucial iniciar uma nova licitação pública. O valor global do contrato vigente do SGB/CPRM, incluindo o aditivo de 25%, foi totalmente utilizado devido à inesperada aquisição de novos veículos. Portanto, essa medida se torna imprescindível para garantir a continuidade dos serviços de seguro, assegurar a devida cobertura e proteção dos veículos institucionais, além de promover a transparência e a competitividade no processo de contratação, em conformidade com a legislação vigente.

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Cobertura e proteção aprimoradas: A nova apólice de seguro garantirá uma cobertura mais adequada aos veículos institucionais, protegendo-os contra danos, roubo, acidentes e outras eventualidades, reduzindo os prejuízos financeiros em caso de sinistros.

2.2.2. Continuidade dos serviços: Ao realizar uma nova licitação pública e contratar uma apólice atualizada, o SGB/CPRM assegura a continuidade dos serviços de seguro sem interrupções, garantindo a operacionalidade e mobilidade dos veículos da instituição para o cumprimento de suas atividades.

2.2.3. Melhor relação custo-benefício: Com a realização de uma licitação competitiva, é possível buscar seguradoras com propostas mais vantajosas, obtendo uma relação custo-benefício mais favorável ao SGB/CPRM, o que pode resultar em economia nos custos de seguro.

2.2.4. Transparência e legalidade: A realização de uma nova licitação pública demonstra o compromisso do SGB/CPRM com a transparência e a legalidade nos seus processos de contratação, seguindo as normas e leis vigentes, o que contribui para fortalecer a imagem institucional perante a sociedade e os órgãos fiscalizadores.

2.2.5. Estímulo à concorrência e inovação: Ao abrir um novo processo de licitação, o SGB/CPRM estimula a concorrência entre as seguradoras interessadas, o que pode resultar em propostas mais competitivas e inovadoras, levando a novas soluções e benefícios no âmbito do seguro de veículos.

2.2.6. Redução de riscos operacionais: Com uma apólice de seguro mais adequada, o SGB/CPRM reduz os riscos operacionais relacionados aos seus veículos, o que contribui para a segurança dos colaboradores e dos ativos da instituição.

3. DOS VEÍCULOS

3.1. A relação de veículos a serem segurados encontra-se no Anexo 2 deste documento.

4. DAS COBERTURAS

4.1. A cobertura compreenderá os eventos abaixo:

Coberturas	Limite Mínimo para Indenização R\$
COMPREENSIVA DO CASCO (CAMINHÕES)	VALOR REFERENCIADO (VMR)
COMPREENSIVA DO CASCO (CAMINHONETES)	VALOR REFERENCIADO (VMR)
COMPREENSIVA DO BAÚ	VALORES DESCRITOS NO ANEXO 3
DANOS MATERIAIS A TERCEIROS	150.000,00
DANOS CORPORAIS A TERCEIROS	150.000,00
DANOS MORAIS A TERCEIROS	30.000,00
A P P – MORTE (POR OCUPANTE)	25.000,00
A P P – INVALIDEZ (POR OCUPANTE)	25.000,00
FAROL	
FAROL AUXILIAR (MILHA)	
LANTERNA	
PARA-BRISA, VIDROS LATERAIS E TRAZEIRO	
RETROVISOR INT/EXT	
PELÍCULA PROTETORA SOLAR	

VMR: Refere-se ao valor de mercado referenciado do veículo que corresponde a 100,00% do valor constante na tabela FIPE

4.2. A cobertura compreenderá mais detalhadamente:

4.2.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

4.2.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

4.2.3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.2.4. Queda em precipícios ou pontes;

4.2.5. Queda de agentes externos sobre o veículo;

4.2.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.2.7. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.2.8. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;

4.2.9. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;

4.2.10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.2.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.2.12. Atos involuntários praticados por terceiros;

4.2.13. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

4.2.14. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;

4.2.15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF; e

4.2.16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.

- 4.2.17. Danos Morais e Estéticos: Cobertura para danos morais e estéticos causados a terceiros, conforme limites e condições estipulados na apólice;
- 4.2.18. Lucros Cessantes: Cobertura para lucros cessantes resultantes da paralisação, temporária ou definitiva, das atividades profissionais do Segurado ou ocupante do veículo segurado que estiverem em tratamento médico-hospitalar ou que tiverem constatada sua invalidez permanente total ou parcial, mesmo quando em consequência de qualquer risco coberto pela apólice.
5. **DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS**
- 5.1. Está sendo contactado o serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, para todos os veículos segurados, com os seguintes serviços:
- 5.1.1. A CONTRATADA deverá possuir um meio de comunicação integralmente disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento durante todo o período de vigência contratual.
- 5.1.2. A seguradora deverá disponibilizar serviços de utilização do guincho ou reboque tipo prancha (comprimento mínimo da plataforma de 6m) para a caminhonete cabine simples e dupla e reboque tipo pranchão (comprimento mínimo da plataforma de 10m) para os caminhões F4000 cabine simples e dupla, incluindo os serviços de disponibilização de guincho ou reboque tipo prancha para veículo de terceiro envolvido em acidente com algum veículo do SGB/CPRM.
- 5.1.3. A assistência com guincho ou reboque contemplará o transporte de veículos com carga, incluindo barcos, motores de popa e materiais destinados à pesquisa hidrológica. O SGB autoriza o transporte dos veículos carregados, assumindo total responsabilidade pela carga.
- 5.1.4. A seguradora deverá disponibilizar serviços de utilização de transporte do condutor e dos passageiros dos veículos segurados, pago pela seguradora, incluindo os serviços de transporte do condutor e dos passageiros dos veículos de terceiros envolvido em acidente com algum veículo do SGB/CPRM.
- 5.1.5. A CONTRATADA cobrirá os custos de táxi e/ou transporte rodoviário/aéreo para o condutor e os passageiros nos seguintes casos:
- 5.1.5.1. Fatos Geradores da Cobertura: Pane elétrica ou mecânica, acidente de trânsito, roubo ou furto do veículo segurado, que impossibilite o prosseguimento da viagem ou a condução do veículo e necessite o transporte do veículo até o município de residência do segurado. Caso o reparo do veículo demore mais de 48 horas ou se o veículo ficar imobilizado em decorrência do incidente, o transporte até o município de residência do segurado será coberto.
- 5.1.5.2. Limite de Reembolso: O reembolso será limitado a R\$ 2.000,00 para custos de táxi e/ou transporte rodoviário/aéreo.
- 5.1.5.3. Condições Específicas: O transporte será oferecido até o município de residência do segurado ou o local mais próximo de onde ocorreu a pane ou o acidente, respeitando a capacidade oficial do veículo.
- 5.1.6. Fica garantido o serviço de mecânico quando o veículo estiver impossibilitado de locomoção por ocorrência de pane elétrica ou mecânica. O Prestador do Serviço efetuará o reparo no local da pane;
- 5.1.7. Se, em consequência de extravio, perda, quebra ou roubo de chaves ou ainda fechamento do veículo com sua chave no interior, o segurado não puder entrar ou ligar o seu veículo, a central 24 h enviará um chaveiro ao local para que, se possível, seja realizada a abertura do veículo e/ou a confecção de 1 (uma) nova chave.
- 5.1.8. Caso o segurado tenha a chave reserva, poderá solicitar à Seguradora que a retire no local onde está armazenada, desde que o seu deslocamento máximo seja de até 100km, a contar do local onde se encontra o veículo.
- 5.1.9. Para a confecção de chaves codificadas, a execução do serviço dependerá de condições técnicas disponíveis no mercado e apresentação do código eletrônico. Para sistemas de chaves cuja informação seja restrita à concessionária ou montadora, o serviço prevê apenas a abertura e remoção do veículo.
- 5.1.10. Para os veículos cujas chaves originais sejam do tipo telecomando, a Seguradora realizará a confecção de chaves simples. A Seguradora realizará também a confecção de chaves simples de abertura do tanque e do baú dos veículos segurados, devendo assim ser providenciada a remoção do veículo, limitado em até R\$ 450,00 por evento.
- 5.1.11. Fica garantido o serviço de chaveiro para abertura das portas, do porta-malas e do tanque de combustível, sem qualquer custo;
- 5.1.12. A Seguradora não assumirá os custos com os reparos e/ou troca de miolo de fechadura e ignição.
- 5.1.13. Fica excluído qualquer serviço de chaveiro automotivo para veículos sob garantia de fábrica, bem como a confecção de chaves codificadas sem a apresentação do código eletrônico.
- 5.1.14. Nos casos em que não for possível a prestação do serviço no local do evento, o veículo deverá ser removido para a oficina, concessionária ou local apropriado para execução do serviço, mais próximo do local do evento. O custo da nova chave e/ou do serviço prestado pela referida oficina será de responsabilidade do Segurado.
- 5.1.15. Borracheiro: fica garantido um prestador de serviço para troca de pneus em caso de danos aos pneus do veículo segurado, sem qualquer custo.
6. **DA VISTORIA PRÉVIA**
- 6.1. A LICITANTE poderá realizar a vistoria prévia dos veículos mediante agendamento com o responsável técnico local, consoante Anexo 1 deste documento.
- 6.2. A vistoria prévia não é obrigatória para fins de participação nesta licitação. Entretanto, a LICITANTE que não a fizer, não se eximirá de assumir todas as obrigações pertinentes ao objeto desta licitação a partir da assinatura do Contrato.
- 6.3. Os custos de visita prévia aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da LICITANTE.
- 6.4. Caso a LICITANTE identifique alguma avaria na vistoria prévia, esta deve ser informada ao responsável local e discriminada em sua proposta. Cabe salientar que tal avaria será excluída da cobertura do seguro em caso de sinistro por perda parcial. Entretanto, após procedimento de recuperação pelo SGB/CPRM, durante a vigência do seguro, a CONTRATADA será informada e poderá realizar uma nova vistoria até o prazo de 5 (cinco) dias úteis, estando após este prazo responsável pelo ressarcimento integral em caso de sinistro.
7. **DA PROPOSTA**
- 7.1. Sagar-se-á vencedora a LICITANTE que apresentar o menor valor global, a ser apurado pela soma do prêmio atribuído para cada veículo.
8. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 8.1. O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da data da sua assinatura.
- 8.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por Termos Aditivos, desde que a vigência, incluindo as eventuais prorrogações, não exceda 5 (cinco) anos, conforme dispõem o *caput* do artigo 71 da Lei nº 13.303/16 e o artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
9. **DA APÓLICE**
- 9.1. A CONTRATADA deverá emitir apólices com vigência de 12 (doze) meses contendo as especificações claras e detalhadas das coberturas, franquia, eventual bônus e valor do prêmio.
- 9.2. As apólices serão renovadas a cada 12 (doze) meses, até a data limite da vigência contratual.
- 9.3. Deverá ser emitida uma apólice, um de prêmio e um documento de cobrança (boleto bancário) para cada veículo segurado.
10. **DO REAJUSTE**
- 10.1. O reajuste de preços poderá ser solicitado pela CONTRATADA a cada emissão de apólice, a ser apreciado pelo(a) Gestor(a) do Contato.
11. **DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**
- 11.1. Eventual inclusão e/ou substituição de veículos da Apólice deverá ser formalmente solicitada e aprovada pelo(a) Gestor(a) do Contrato do SGB/CPRM, e processada pela CONTRATADA em até 20 (vinte) dias, mediante o instrumento de Endosso.
- 11.2. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), o Fiscal do Contrato solicitará à CONTRATADA um orçamento que contemple o valor do prêmio total nas condições estabelecidas neste documento.
- 11.2.1. O Fiscal do Contrato levantará, pelo menos, duas outras cotações no mercado para fins de comparação. Caso o valor proposto pela CONTRATADA esteja acima da média aritmética das cotações realizadas, a CONTRATADA deverá refazer o orçamento acatando o valor da média. Caso contrário, prevalecerá o valor orçado pela CONTRATADA.
- 11.2.2. O Fiscal do Contrato deverá encaminhar a documentação ao Gestor do Contrato, que instruirá o processo de inclusão.
- 11.3. Em caso de veículo a ser substituído, cujo valor do prêmio do substituto for maior que o prêmio do substituído, o SGB/CPRM arcará com o valor da diferença.
12. **DA EXCLUSÃO**
- 12.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo, a CONTRATADA deverá devolver ao SGB/CPRM o valor do prêmio proporcional ao período restante de vigência da apólice, contado a partir da data de comunicação do Gestor(a) de Contrato do SGB/CPRM.
13. **DOS SALVADOS**

- 13.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA
- 13.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, providenciar as transferências dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos Órgãos pertinentes.
14. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 14.1. Informar a Razão Social e o CNPJ da Seguradora, bem como seus respectivos registros na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 14.2. Disponibilizar as apólices em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do Contrato, contendo as seguintes informações:
- 14.2.1. Identificação do veículo contendo placa, marca, modelo, ano de fabricação, ano de modelo e chassi;
- 14.2.2. Valor do Prêmio;
- 14.2.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes neste Termo de Referência;
- 14.2.4. Documento de cobrança;
- 14.3. Indicar o nome e o telefone do responsável pelo Contrato, bem como um canal de atendimento gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para acionamento de emergência. Cada ocorrência registrada deverá gerar, automaticamente, um número de protocolo vinculado ao atendimento;
- 14.4. Comunicar ao SGB/CPRM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 14.5. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 14.6. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato, além das penalidades cabíveis;
- 14.7. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;
- 14.8. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato;
- 14.9. Ocorrendo sinistro, realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SGB/CPRM poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente; e
- 14.10. Enviar mensalmente ao SGB/CPRM um relatório detalhando os atendimentos, cuja estrutura será acordada com o(a) Gestor(a) do Contrato.
15. **DAS OBRIGAÇÕES DO SGB/CPRM**
- 15.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;
- 15.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 15.3. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro assim que tenha conhecimento;
- 15.4. Providenciar o registro de ocorrência junto aos Órgãos competentes de Trânsito, em casos de sinistros;
- 15.5. Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;
- 15.6. Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial, do veículo segurado;
- 15.7. Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos no veículo segurado;
- 15.8. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Contratual; e
- 15.9. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.
16. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 16.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo do Titular da Gestão de Serviços Compartilhados - GSC.
- 16.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Titular dos Órgãos abaixo, no âmbito da Unidade de sua atuação:
- 16.2.1. SEDE/BR e ERJ – Serviço de Administração e Finanças.
- 16.2.2. Superintendências Regionais – Gerência de Administração e Finanças.
- 16.2.3. Residências – Assistência de Administração e Finanças.
- 16.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.
- 16.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
- 16.5. Dentre outras iniciativas que se fizerem necessárias, o fiscal do contrato deverá garantir que sejam realizadas manutenções preventivas nos veículos para minimizar o grau de risco de sinistros.
17. **DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL**
- 17.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado na tabela FIPE.
- 17.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 17.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados do SGB/CPRM e da CONTRATADA.
18. **DAS PENALIDADES**
- 18.1. A LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, conforme disposto nos artigos 83 e 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.
19. **DAS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS VEÍCULOS E DO SEGURO**
- 19.1. Os veículos são utilizados na operação da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN e por funcionários efetivos e terceirizados do SGB/CPRM no monitoramento dos recursos hídricos.
- 19.2. Os veículos circulam em todo o território nacional, predominantemente em área rural.
- 19.3. O seguro contratado é do tipo Responsabilidade Civil Facultativa – RCF-V e Acidentes materiais e pessoais de passageiros – APP.
- 19.4. A Modalidade da cobertura do casco é **Valor de Mercado Referenciado** (VMR - correspondente a 100 % do valor constante da Tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).
- 19.5. A Modalidade da cobertura dos baús é **Valor Determinado** conforme Tabela 02 do Termo de Referência.
- 19.6. No caso de perda total do veículo, o valor a ser ressarcido compreende ao Valor de Mercado Referenciado do casco **somado** ao Valor Determinado do baú para o veículo em questão.
20. **DOS BÔNUS**
- 20.1. Bônus é um indicador de experiência do Segurado, em função dos sinistros ocorridos e indenizáveis, a cada período de um ano de vigência do seguro.
- 20.2. O bônus é único e abrange as coberturas de Casco + RCF-V+APP (Responsabilidade Civil Facultativa - danos materiais, danos corporais e acidentes pessoais com ocupantes do veículo segurado).
- 20.3. O bônus deve ser aplicado a cada apólice sendo possível seu aproveitamento apenas quando houver a troca de um veículo por veículo novo.

- 20.4. Não é permitido o remanejamento de bônus entre itens de uma apólice coletiva nem a transferência dele de uma apólice para outra.
- 20.5. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá considerar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos na tabela constante do Anexo II do Termo de Referência;
- 20.6. A licitante vencedora poderá diminuir a bonificação de acordo com as informações de ocorrência de sinistros.
- 20.7. A licitante vencedora deverá considerar que a cada ano de seguro do veículo sem sinistro, deverá acrescer um bônus, tendo como limite máximo a classe 10;
- 20.8. Em havendo sinistro de veículo, na renovação do seguro, o percentual de bônus aplicável, será aquele anteriormente aplicado ao ano da renovação.
- 20.9. Apresenta-se a seguir as classes de Bônus por período consecutivo sem reclamação indenizável.

TABELA DE BÔNUS	
Classe de Bônus	Período Imediatamente Anterior Sem Reclamação Indenizável
0	0 ano
1	1 ano
2	2 anos consecutivos
3	3 anos consecutivos
4	4 anos consecutivos
5	5 anos consecutivos
6	6 anos consecutivos
7	7 anos consecutivos
8	8 anos consecutivos
9	9 anos consecutivos
10	10 ou mais anos consecutivos

- 20.10. A definição da classe de bônus na renovação do seguro seguirá os seguintes critérios:
- 20.10.1. Renovação de apólice **sem sinistro e sem cancelamento**;

Período de renovação (dias corridos)	Aplicação do bônus
Até 30 dias do vencimento da apólice	Conceder 1 classe
De 31 a 60 dias do vencimento da apólice	Manter a classe
De 61 a 120 dias do vencimento da apólice	Reduzir 1 classe
De 121 a 180 dias do vencimento da apólice	Reduzir 2 classes
A partir de 181 dias do vencimento da apólice	Excluir todo o bônus

- 20.10.2. Renovação de apólice **sem sinistro e com cancelamento** por iniciativa do Segurado, cujo período vigente anterior tenha sido menor que 335 dias;

Período de renovação (dias corridos)	Aplicação do bônus
Até 30 dias do vencimento da apólice	Manter a classe
De 31 a 60 dias do vencimento da apólice	Reduzir 1 classe
De 61 a 120 dias do vencimento da apólice	Reduzir 2 classes
De 121 a 180 dias do vencimento da apólice	Reduzir 3 classes
A partir de 181 dias do vencimento da apólice	Excluir todo o bônus

- 20.10.3. Renovação de apólice **com sinistro** de perda parcial e sem cancelamento; ou
- 20.10.4. Renovação de apólice **com sinistro** de perda parcial e com cancelamento por iniciativa do Segurado, cujo período vigente anterior tenha sido maior ou igual a 335 dias; ou
- 20.10.5. Renovação de apólice **com sinistro** de indenização integral e com cancelamento Involuntário

Período de renovação (dias corridos)	Aplicação do bônus
Até 30 dias do vencimento da apólice	Reduzir 1 classe
De 31 a 60 dias do vencimento da apólice	Reduzir 2 classes
De 61 a 120 dias do vencimento da apólice	Reduzir 3 classes
De 121 a 180 dias do vencimento da apólice	Reduzir 4 classes
A partir de 181 dias do vencimento da apólice	Excluir todo o bônus

- 20.11. As regras acima foram elaboradas considerando a ocorrência de apenas 01 (um) sinistro na apólice a ser renovada. Portanto, caso haja outros sinistros, além das deduções acima, deverão ser deduzidas tantas classes de bônus quantos forem os sinistros indenizados.
- 20.12. Deve-se considerar como "vencimento da apólice" o final de vigência do seguro;
- 20.13. Quando se tratar de apólice cancelada (exceto por indenização integral) considerar como vencimento da apólice o início de vigência do cancelamento;
- 20.14. Quando se tratar de apólice cancelada por indenização integral, considerar como vencimento da apólice a data da liquidação do sinistro.
- 20.15. Tratando-se de renovação de seguro de outra Seguradora a classe de bônus informada na proposta será confirmada por meio da Central de Bônus e, caso haja divergência entre a classe informada e a confirmada pela Central de Bônus o prêmio do seguro será ajustado ao bônus devido.

21. DAS APÓLICES

- 21.1. A empresa contratada não poderá realizar cobrança pelo custo da apólice;
- 21.2. Devem constar na apólice os seguintes dados:

21.2.1. Identificação do veículo segurado;

21.2.2. Indicação do código da tabela de referência;

21.2.3. Prêmios discriminados por cobertura;

21.2.4. Valores discriminados por franquia;

21.2.5. Indicação do fator de ajuste de 100%;

21.2.6. Classe de bônus.

21.2.6.1. A entrega das apólices deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de início da vigência contratual.

21.2.6.2. Para emissão de 2ª via, correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, o prazo para atendimento será de 20 (vinte) dias, a contar da data de solicitação do SGB/CPRM;

21.2.6.3. O fato de a seguradora deixar de entregar as apólices no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e nos termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

22. DO ENDOSSO

- 22.1. Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo SGB/CPRM e processada pela Contratada, mediante endosso, inclusive nos casos de aquisição de novos veículos e alienação de veículos por parte do SGB/CPRM.
- 22.2. A emissão do endosso não poderá ser superior ao prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da solicitação do Fiscal do Contrato.

23. DAS COBERTURAS PARA O CASCO

- 23.1. Riscos Cobertos

23.1.1. A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até oficina credenciada ou indicada pela Contratante, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, em virtude de prejuízos ocasionados ao veículo segurado provenientes de:

23.2. Colisão, abalroamento ou capotagem acidentais;

- 23.3. Cobertura contra queda acidental em precipícios ou de pontes;
- 23.4. Cobertura contra granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins;
- 23.5. Danos ocasionados à pintura
- 23.6. Cobertura contra queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- 23.7. Cobertura contra queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
- 23.8. Roubo ou furto total do veículo segurado;
- 23.9. Roubo ou furto parcial do veículo segurado, com dedução da franquia estipulada na apólice para ele.
- 23.10. Roubo ou furto total exclusivo do kit multimídia, guincho e tacógrafo, desde que tais itens façam parte do modelo original do veículo, descontada do valor da indenização a franquia estipulada na apólice para o veículo.
- 23.11. Cobertura contra raio e suas consequências, incêndio ou explosão acidentais;
- 23.12. Acidente durante seu transporte por meio apropriado, como, exemplificativamente cegonha, guincho;
- 23.13. Cobertura contra submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
- 23.14. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos
- 23.15. Cobertura contra acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 23.16. Todos os veículos deverão estar cobertos para os riscos de colisão, mesmo que o sinistro ocorra entre ou envolva 2 (dois) ou mais veículos de propriedade do SGB/CPRM e ANA;
- 23.17. Franquia
- 23.17.1. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente na proposta comercial e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo estabelecido na Tabela 03 do Termo de Referência.
- 23.17.2. A Contratada deverá indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão, sendo vedada a aplicação de franquia, conforme disposto no art. 6º da Seção IV do Capítulo I da Circular SUSEP nº 269/04, vedando-se a aplicação de franquia também em caso de indenização integral.
- 23.17.3. A franquia deverá ser do tipo reduzida.
- 23.17.4. O valor correspondente à franquia não será devido pelo SGB/CPRM nos casos de sinistros com envolvimento de terceiro, quando for possível identificar e responsabilizar o terceiro culpado pela colisão, com a devida caracterização / depoimento, e Registro Policial da ocorrência;
- 23.17.5. A Contratada deverá assegurar à Contratante a livre escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Seção VII do Capítulo I da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.
- 23.17.6. Caberá à Contratada pagar indenização no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da entrega de toda a documentação básica, no caso de roubo/furto ou perda total (Circular SUSEP nº 256, art. 33, parágrafo 1º da Seção XIII, Capítulo IV, Anexo I). O valor da indenização corresponderá a 100% da Tabela FIPE vigente na data do referido pagamento, acrescido do valor do Baú por tipo de veículo.
- 23.17.7. Havendo descumprimento do prazo de até 30 (trinta) dias estabelecido no subitem acima, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.
- 23.17.8. Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado.
- 23.17.9. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo (zero quilômetro) por um prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento do veículo pela Contratante, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 23.17.10. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência (FIPE/MOLICAR) quando da liquidação do sinistro.
24. DAS COBERTURAS PARA OS BAÚS
- 24.1. Riscos Cobertos;
- 24.1.1. Garante, na ocorrência de um dos riscos previstos na cobertura contratada para o veículo, cobertura securitária para o Baú, fixados em caráter permanente no veículo segurado, conforme identificado na vistoria prévia, na apólice anterior ou na nota fiscal, e deve ser discriminado na proposta de seguro, com verba própria e cobrança de prêmio adicional. A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados de possíveis danos causados nos Baús dos veículos, provenientes de:
- 24.1.2. colisão, abalroamento ou capotagem acidentais;
- 24.1.3. queda acidental em precipícios ou de pontes;
- 24.1.4. queda acidental de qualquer agente externo sobre o veículo segurado, desde que este não faça parte integrante do veículo e não esteja nele afixado;
- 24.1.5. queda, sobre o veículo segurado, da carga por ele transportada, em decorrência de acidente de trânsito e não por simples freada;
- 24.1.6. roubo ou furto total do baú segurado, com dedução da franquia estipulada na apólice para ele.
- 24.1.7. incêndio ou explosão acidental, raio e suas consequências;
- 24.1.8. acidente durante seu transporte por meio apropriado, como, exemplificativamente cegonha, guincho;
- 24.2. Franquia
- 24.2.1. O valor máximo da franquia dos veículos está definido na Tabela 03 do Termo de Referência.
- 24.2.2. Será deduzida da indenização a franquia estipulada na apólice para cada um dos tipos de Baús.
- 24.2.3. Não será deduzida qualquer franquia nos casos de indenização integral do baú, concomitante com a indenização integral do veículo.
- 24.2.4. O valor correspondente à franquia não será devido pelo SGB/CPRM nos casos de sinistros com envolvimento de terceiro, quando for possível identificar e responsabilizar o terceiro culpado pela colisão, com a devida caracterização / depoimento, e Registro Policial da ocorrência;
- 24.2.5. A franquia estipulada para o Baú é independente da franquia prevista para o veículo segurado e será aplicada em sinistros de danos parciais ou danos totais destes itens.
- 24.2.6. A franquia será expressa na apólice em reais;
- 24.3. Procedimentos em caso de danos - Livre escolha
- 24.3.1. O Segurado deverá executar o serviço com um prestador de sua preferência caberá a ele um reembolso relativo aos gastos efetuados de acordo com os valores de custo de atendimento estabelecidos pela prestadora, conforme Quadro 04 a seguir,
- 24.3.2. Nesse caso a garantia dos serviços prestados é da empresa que executou o serviço, deixando a Seguradora isenta da responsabilidade do serviço prestado. Salientando a importância da ciência do Segurado quanto a perda da garantia que ele teria, durante o tempo em que o veículo estivesse em seu nome caso optasse pela rede referenciada pela Seguradora.
- 24.3.3. O Segurado deverá entrar em contato com a Central 24 horas de Relacionamento do Seguro, antes da execução dos serviços para solicitar a aprovação do serviço/reembolso.
- 24.3.4. A Seguradora liberará o reembolso exclusivamente após o recebimento da nota fiscal que deverá estar em nome do segurado e deverá ser de empresa regularizada para prestação de serviço. Caso contrário o Segurado perderá o direito ao reembolso.
- 24.4. Quadro 04: Valor do reembolso dos serviços de tornearia mecânica e serralheria (em Reais)

Baú	Roleta	Porta traseira	Porta lateral	Estrutura	Lataria
Caminhonetes	50,00	150,00	100,00	100,00	150,00
Caminhões	50,00	150,00	100,00	100,00	150,00

- 24.5. Limite de utilização

- 24.5.1. O limite de utilização será de 01 (um) evento durante a vigência da apólice. O Quadro 05 a seguir apresenta o limite de utilização para reembolso.
- 24.5.2. Quadro 05: Limite máximo de utilização

Serviço e Peças de Manutenção	Limite
Roleta superior direito	Uma utilização durante a vigência da apólice
Roleta superior esquerdo	Uma utilização durante a vigência da apólice
Porta traseira direita	Uma utilização durante a vigência da apólice
Porta traseira esquerda	Uma utilização durante a vigência da apólice
Porta lateral direita	Uma utilização durante a vigência da apólice
Porta lateral esquerda	Uma utilização durante a vigência da apólice
Estrutura Interna e Suporte do Motor de Popa	Uma utilização durante a vigência da apólice
Lataria externa do Baú	Uma utilização durante a vigência da apólice

25. EXTENSÃO DE REBOQUE

- 25.1. Reboque ou transporte do veículo segurado
- 25.1.1. Quando o veículo segurado não puder se locomover por meios próprios em virtude de pane elétrica ou mecânica, acidente ou roubo/furto localizado, a Seguradora deve garantir os gastos, até o limite máximo de indenização estipulado na apólice para esta cobertura, com o reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima do local do evento, sempre que o reparo emergencial não puder ser tecnicamente executado no local de sua paralisação.
- 25.1.2. Deverão ainda ser oferecidos os serviços de reboque ou transporte ou reparo emergencial em virtude de panes no limpador do para-brisa, no cinto de segurança e faróis, desde que tais eventos, devido a condições climáticas e horário do evento, impeçam o prosseguimento da viagem.
- 25.1.3. Se o Segurado decidir rebocar ou transportar o veículo para outra oficina e os custos da quilometragem rodada excederem o limite máximo de indenização estabelecido na apólice, caberá ao mesmo realizar o pagamento dos custos excedentes, diretamente ao prestador de serviço, responsabilizando-se também pelos riscos inerentes ao reboque ou transporte neste percurso adicional.
- 25.1.4. Em caso de pane elétrica ou mecânica, optando o Segurado por remover o veículo para sua cidade de residência, será providenciado um transporte para os ocupantes do veículo, caso existam, para o domicílio habitual do Segurado, respeitando-se o limite máximo de indenização estabelecido na apólice. Caberá ao Segurado realizar o pagamento dos custos referentes à quilometragem rodada, que excederem o limite máximo de indenização estipulado na apólice, diretamente ao prestador de serviço, responsabilizando-se, também, pelos riscos que ocorram neste percurso adicional.
- 25.1.5. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, para oficina mecânica ou outro local autorizado pelo SGB/CPRM, com o baú vazio ou carregado e com ou sem o barco montado sobre o baú do veículo segurado;
- 25.1.6. A seguradora deverá disponibilizar serviços de utilização do guincho ou reboque tipo prancha (comprimento mínimo da plataforma de 6m) para a caminhonetes cabine simples e dupla e reboque tipo pranchão (comprimento mínimo da plataforma de 10m) para os caminhões F4000 cabine simples e dupla, incluindo os serviços de disponibilização de guincho ou reboque tipo prancha para veículo de terceiro envolvido em acidente com algum veículo do SGB/CPRM.
- 25.1.7. A assistência com guincho ou reboque contemplará o transporte de veículos com carga, incluindo barcos, motores de popa e materiais destinados à pesquisa hidrológica. O SGB autoriza o transporte dos veículos carregados, assumindo total responsabilidade pela carga.
- 25.1.8. A seguradora deverá disponibilizar serviços de utilização de transporte do condutor e dos passageiros dos veículos segurados, pago pela seguradora, incluindo os serviços de transporte do condutor e dos passageiros do veículo de terceiro envolvido em acidente com algum veículo do SGB/CPRM.
- 25.1.9. O atendimento referente aos serviços de utilização do guincho ou reboque tipo prancha e serviços de utilização do transporte do condutor e dos passageiros deverá ser realizado pela Seguradora em até 2 (duas) horas para cada 100 km de distância da respectiva cidade mais próxima, a qual este veículo será destinado, após a solicitação de chamado.
- 25.1.10. O reboque tipo prancha a ser utilizado para rebocar as caminhonetes cabine simples e dupla deverá possuir o comprimento mínimo da plataforma de 6 metros;
- 25.1.11. O reboque tipo prancha a ser utilizado para rebocar os caminhões F4000 cabine simples e dupla deverá possuir o comprimento mínimo da plataforma de 10 metros;
- 25.1.12. Os veículos guinchos ou reboques que realizarão a assistência 24 horas deverão estar caracterizados como a serviço da Seguradora.
- 25.1.13. Os serviços quando relacionados ao veículo, somente serão executados na presença do Segurado ou pessoa que o represente portando os documentos do veículo e suas chaves.
- 25.1.14. A cobertura de extensão de reboque deverá abranger todo o território nacional.
26. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE VEÍCULOS
- 26.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluído, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta Contratação.
- 26.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 26.3. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo devidamente quitado ao Fiscal do Contrato.
- 26.4. Caberá ao Fiscal do Contrato, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com a proposta comercial vencedora da licitação, a fim de confirmar a proporcionalidade de valores. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.
- 26.5. O orçamento a que se refere o subitem 26.1 acima deve ser fornecido pela Contratada no prazo de 48 horas a partir da solicitação formal por e-mail.
- 26.6. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a Contratada deverá calcular, pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a seguinte fórmula: $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$, onde:
- 26.6.1. X = Valor anual do prêmio por veículo;
- 26.6.2. 12 = Número de meses;
- 26.6.3. Y = Valor mensal do prêmio por veículo;
- 26.6.4. Z = Número de meses restantes para o término da apólice;
- 26.6.5. VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.
- 26.6.6. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação da Contratante à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega.
- 26.7. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.
- 26.8. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a Contratada enviar recibo devidamente quitado à Contratante.

27. DA RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA - VEÍCULOS (RCF - V)

- 27.1. Riscos Cobertos
- 27.2. Nesta cobertura o Segurado terá garantido o reembolso das quantias as quais ele for obrigado a pagar em virtude de danos materiais e danos corporais causados involuntariamente a terceiros, por culpa que lhe possa ser imputada e cobertos pelo seguro, em decorrência de:
- 27.3. Indenizações em virtude de sentença judicial cível transitada em julgado que considere o segurado responsável civilmente por evento coberto pelo seguro ou de acordo autorizado previamente e de modo expresso pela Seguradora;
- 27.4. Por colisão a bens de terceiros. Os prejuízos causados a terceiros decorrentes de um mesmo evento serão considerados como um único sinistro, qualquer que seja o montante dos prejuízos e/ou a quantidade de terceiros envolvidos.
- 27.5. Pela carga, objeto de transporte pelo veículo segurado, enquanto por ele transportada;
- 27.6. Por atropelamento;
- 27.7. Quando em virtude de um evento de sinistro resultarem em danos posteriores, estes danos serão considerados como se tivessem ocorrido na data em que aconteceu o evento de sinistro.

- 27.8. Despesas efetuadas com custas judiciais do foro civil e com honorários de advogados, sempre que tais despesas decorram de reclamações de terceiros e estejam cobertas e sejam indenizáveis pelo contrato de seguro.
- 27.9. O segurado terá livre escolha do advogado para sua defesa, porém, caso queira poderá solicitar à Seguradora a indicação de profissional.
- 27.10. Limite de responsabilidade
- 27.10.1. O Limite Máximo de Indenização para as coberturas de Danos Materiais e de Danos Corporais é o valor discriminado na apólice para cada garantia
- 27.10.2. A garantia de Danos Corporais somente responderá, em cada reclamação, pela parte da indenização que exceder o valor de cobertura do seguro Carta Verde ou Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional (RCTR-VI) vigente na data do sinistro para as coberturas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), previstas no art. 2º da Lei Nº 6.194 de 19/12/74.
- 27.10.3. Em acidentes ocorridos em países integrantes do Mercosul, a Cobertura de Danos Materiais e/ou Danos Corporais somente responderá, em cada reclamação, pela parte da indenização que exceder o valor de cobertura do seguro Carta Verde ou Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional (RCTR-VI) vigente na data do acidente, independentemente do Segurado ter contratado ou não o seguro de Carta Verde ou RCTR-VI.
- 27.10.4. O seguro de RCF-V danos materiais e danos corporais contratado para rebocadores será extensivo aos danos ocasionados a terceiros pelo semirreboque.
- 27.10.5. É vedada a doação, transferência ou cessão a terceiros, de quaisquer verbas contratadas pelo Segurado, da cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa Veículos (RCF-V), para atendimento de sinistro.
28. **ACIDENTES PESSOAIS COM OCUPANTES DO VEÍCULO SEGURADO**
- 28.1. Riscos Cobertos:
- 28.2. A cobertura de acidentes pessoais para ocupantes do veículo garante à vítima (ocupante do veículo segurado) ou a seu(s) beneficiário(s) o pagamento de indenização, até o limite do capital segurado contratado e estipulado na apólice, caso ocorra um acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado e seja um evento coberto pela(s) cobertura(s) contratada(s) de Acidentes Pessoais para Ocupantes:
- 28.3. Coberturas:
- 28.3.1. Morte Acidental: Garante o pagamento do capital segurado contratado, ao(s) beneficiário(s) legal(is) do ocupante do veículo segurado, em caso de seu falecimento durante a vigência da apólice de seguro, em decorrência direta e exclusiva de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado.
- 28.3.2. Invalidez permanente (total ou parcial): Garante o pagamento, até o limite do capital segurado contratado, à vítima (passageiro do veículo segurado), caso ela venha a ficar total ou parcialmente inválida, em caráter permanente, em decorrência direta e exclusiva de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado, durante a vigência da apólice de seguro.
- 28.3.3. A Invalidez Permanente será avaliada e declarada pela assessoria médica da Seguradora, devendo o Segurado apresentar todos os exames realizados que comprovem a Invalidez Permanente.
- 28.3.4. Invalidez permanente total por acidente: Para efeito deste seguro, entende-se como "Invalidez Permanente Total", os acidentes que resultem em:
- 28.3.4.1. perda total da visão de ambos os olhos;
- 28.3.4.2. perda total do uso de ambos os braços;
- 28.3.4.3. perda total do uso de ambas as pernas;
- 28.3.4.4. perda total do uso de ambas as mãos;
- 28.3.4.5. perda total do uso de um braço e uma perna;
- 28.3.4.6. perda total do uso de uma das mãos e um dos pés;
- 28.3.4.7. perda total do uso de ambos os pés;
- 28.3.4.8. alienação mental total e incurável
- 28.3.4.9. nefrectomia bilateral.
- 28.3.5. Invalidez permanente parcial por acidente:
- 28.3.5.1. No caso de invalidez parcial por acidente, não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, o valor da indenização por perda parcial será calculado pela aplicação, para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado da porcentagem prevista na Tabela para Cálculo de Indenização em caso de Invalidez Permanente por Acidente, transcrita no final destas Condições Gerais.
- 28.3.5.2. Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização será calculada somando-se as respectivas percentagens previstas na Tabela para Cálculo de Indenização em caso de Invalidez Permanente, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento). Da mesma forma, havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder a indenização prevista para a sua indenização integral.
- 28.3.5.3. A perda ou redução maior da função de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente não dará direito a reclamações, salvo quando declarada tal perda ou redução previamente na proposta de adesão. Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente deverá ser deduzida do grau de invalidez definitiva preexistente.
- 28.3.5.4. Em todos os casos de invalidez parcial não especificados na Tabela para Cálculo de Indenização em caso de Invalidez Permanente por Acidente, transcrita no final destas Condições Gerais, a indenização será estabelecida com base na diminuição permanente da capacidade física do segurado, independentemente de sua profissão.
- 28.3.5.5. Quaisquer divergências sobre a causam, natureza ou extensão das lesões, bem como as avaliações da incapacidade deverão ser submetidas a uma junta médica constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela seguradora, outro pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos 2 (dois) nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico designado e os do terceiro serão pagos em partes iguais pelo segurado e pela seguradora.
- 28.3.5.6. Se ambas as coberturas por morte e invalidez permanente total ou parcial por acidente tiverem sido contratadas, suas indenizações não se acumularão. Se, depois de pagar uma indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, da indenização por morte será deduzida a importância já paga por invalidez permanente.
- 28.3.6. Despesas médico-hospitalares:
- 28.3.6.1. Garante o reembolso à vítima (passageiro do veículo segurado), até o limite do capital segurado contratado, no caso de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado; de despesas médicas, hospitalares e odontológicas por ela efetuadas para seu tratamento sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente.
- 28.3.6.2. Cabe ao segurado a livre escolha dos prestadores de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados.
- 28.3.6.3. A comprovação das despesas médicas, hospitalares e odontológicas deverá ser feita mediante a apresentação dos comprovantes originais das despesas e dos relatórios do médico assistente.
- 28.4. Riscos não cobertos
- 28.4.1. Estarão excluídos da cobertura de Morte, Invalidez Permanente Total ou Parcial e Despesas Médico-Hospitalares os eventos ocorridos em consequência de:
- 28.4.1.1. Quaisquer doenças (inclusive as profissionais), quaisquer que sejam as suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente, pelo acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível
- 28.4.1.2. Acidentes médicos;
- 28.4.1.3. Tratamento de exame clínico, cirúrgico ou medicamentoso não exigido diretamente pelo acidente;
- 28.4.1.4. As intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos quando não decorrentes de acidente coberto;
- 28.4.1.5. Qualquer tipo de hérnia e suas consequências, mesmo de origem traumática;
- 28.4.1.6. O parto ou o aborto e suas consequências, mesmo quando provocados por acidentes;
- 28.4.1.7. Os envenenamentos, ainda que acidentais, por absorção de substâncias tóxicas ou entorpecentes;
- 28.4.1.8. Quaisquer perturbações mentais, nervosas e emocionais, salvo a alienação mental total e incurável, decorrente de acidente coberto;
- 28.4.1.9. Ato reconhecidamente perigoso, ressalvado o disposto no artigo nº 799 do Código Civil vigente, que não seja motivado por necessidade justificada
- 28.4.1.10. Danos causados por atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo beneficiário ou pelo representante legal de um ou de outro, conforme previsto no Código Civil vigente;

- 28.4.1.11. As perturbações e intoxicações alimentares de qualquer espécie, bem como as intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente coberto;
- 28.4.1.12. O suicídio ou tentativa de suicídio, voluntário e premeditado nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato;
- 28.4.1.13. O choque anafilático e suas consequências;
- 28.4.1.14. Estados de convalescença (após a alta médica)
- 28.4.1.15. Despesas de acompanhantes;
- 28.4.1.16. Aparelhos que se refiram a órteses de qualquer natureza e a próteses de caráter permanente, salvo as próteses ou órteses implantadas pela primeira vez
- 28.4.1.17. A perda de dentes e os danos estéticos;
- 28.4.1.18. Quaisquer acidentes que ocorrerem aos passageiros do veículo se este estiver com lotação excedente à admitida nestas Condições Gerais, ressalvados os casos de força maior. Em caso de acidente ocorrido durante viagem em que se verifique excesso de lotação, resultante de força maior, a indenização que seria devida a cada um dos passageiros acidentado será reduzida na proporção da lotação segura para a que existia no veículo na ocasião do acidente;
- 28.4.1.19. Quaisquer acidentes que ocorrerem ao(s) ocupante(s) do veículo se este for posto em movimento ou dirigido por motorista que não possua habilitação legal e apropriada para conduzi-lo, ressalvados os casos de força maior;
- 28.4.1.20. Qualquer tipo de doença ou as lesões físicas preexistentes à ocorrência do acidente de trânsito.
- 28.5. Condição de ocupante do veículo
- 28.5.1. Entende-se por "ocupante" a(s) pessoa(s) que, no momento do acidente, se encontre(m) no interior do veículo segurado, na qualidade de condutor ou passageiro(s);
- 28.5.2. O número de passageiros do veículo está limitado à lotação oficial do veículo;
- 28.5.3. Sempre que estiverem no veículo passageiros em número superior à lotação oficial e até o número máximo de passageiros admitido, o Limite Máximo de Indenização atribuído a cada passageiro será rateado entre o valor total segurado e o número de passageiros.
- 28.5.4. Valor total segurado é a soma dos Limites Máximos de Indenização de cada passageiro estipulado na apólice
- 28.5.5. A Seguradora, em hipótese alguma, responderá por qualquer indenização superior àquelas apuradas na forma dos itens anteriores e das Condições Específicas de APO previstas nestas Condições Gerais, ficando o Segurado como único responsável pelas diferenças que venha a pagar, amigavelmente ou cumprindo sentença judicial, aos ocupantes acidentados ou aos seus beneficiários.
- 28.5.6. A cobertura do seguro começa no momento do ingresso do ocupante no veículo e termina no momento de sua saída dele.
- 28.5.7. Considera-se garantido pela cobertura de APO, o acidente de trânsito com o veículo segurado e relacionado à sua locomoção, causador de lesão física que, por si só, e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta à morte ou invalidez permanente, total ou parcial do ocupante do veículo ou torne necessário seu tratamento médico.
- 28.6. Liquidação do sinistro. A ocorrência do sinistro deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos mínimos:
- 28.6.1. Em caso de Morte Acidental:
- 28.6.1.1. Comunicado de sinistro com informações médicas (preenchidos todos os itens);
- 28.6.1.2. Certidão de Óbito (original ou cópia autenticada);
- 28.6.1.3. Cópia do RG e CPF do segurado;
- 28.6.1.4. Cópia do RG e CPF do beneficiário;
- 28.6.1.5. Certidão de casamento (atualizada no caso de sinistro do cônjuge);
- 28.6.1.6. Boletim de Ocorrência Policial;
- 28.6.1.7. Laudo Necroscópico do IML.
- 28.6.1.8. Outros documentos solicitados pela seguradora.
- 28.6.1.9. Em caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:
- 28.6.1.10. Comunicado de sinistro com informações médicas (preenchidos todos os itens);
- 28.6.1.11. Exame de corpo delito, quando indicado;
- 28.6.1.12. Cópia do RG e CPF da vítima;
- 28.6.1.13. Relatório médico contendo as sequelas definitivas, discriminadas em grau porcentual
- 28.6.1.14. Outros documentos solicitados pela seguradora
- 28.6.2. O pagamento das indenizações devidas por força do presente seguro dar-se-á da seguinte forma:
- 28.6.2.1. Morte: 50% ao cônjuge sobrevivente e 50% aos herdeiros legais. Inexistindo sociedade conjugal, aos herdeiros legais em partes iguais.
- 28.6.2.2. Quando ocorrer a morte de passageiros com idade inferior a 14 anos a cobertura do seguro se limita a despesas efetuadas com funeral, que devem ser comprovadas mediante apresentação de contas originais especificadas. Estas contas podem ser substituídas, a critério da Seguradora, por outros comprovantes hábeis. Incluem-se entre as despesas com funeral as havidas com o traslado do corpo, não estando cobertos, porém, as despesas com aquisição de terrenos, jazigos ou carneiras;
- 28.7. Invalidez Permanente:
- 28.7.1. Invalidez Permanente Total: desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter de invalidez, a Seguradora pagará à vítima a indenização de acordo com a Tabela para Cálculo de Indenização em Caso de Invalidez Permanente. Entende-se por invalidez permanente a perda ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão.
- 28.7.2. Invalidez Permanente Parcial: não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial será calculada através da aplicação da percentagem baseada no grau de redução funcional apresentado prevista sobre o capital para a invalidez total na Tabela para Cálculo de Indenização em caso de Invalidez Permanente. Na falta de indicação da percentagem de redução e, sendo informado apenas o grau dessa redução (máximo, médio ou mínimo), a indenização será calculada, respectivamente, com base nos índices 75% (setenta e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento)
- 28.7.3. O pagamento de qualquer indenização por invalidez permanente em virtude de acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado, seja total ou parcial, estará condicionado à constatação da invalidez permanente, ou seja, após conclusão do tratamento do segurado (ou esgotados os recursos terapêuticos para recuperação) e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, com o(s) grau(s) e tipo(s) de invalidez definitivamente caracterizado(s) e mediante diagnóstico médico final a ser apresentado pelo ocupante do veículo segurado
- 28.7.4. Caso o titular da apólice, amigavelmente ou cumprindo sentença judicial, indenizar passageiros acidentados em importâncias superiores às estabelecidas na apólice, a Seguradora responderá somente até os Limites Máximos de Indenização fixados na apólice, observadas as disposições contidas nestas Condições Gerais, ficando a diferença sob exclusiva responsabilidade do titular da apólice.
- 28.7.5. O ocupante segurado deverá seguir as prescrições médicas e manter a Seguradora informada da evolução de suas lesões. A Seguradora poderá submeter o ocupante segurado a exames por médicos por ela designados.
- 28.7.6. A Seguradora não responderá por agravamento de lesões quando, por culpa da vítima, não se tenham observado as prescrições médicas.
- 28.7.7. No caso de menores de idade, a indenização por Invalidez Permanente será paga conforme a seguir:
- 28.7.8. Pessoas com idade inferior a 16 (dezesseis) anos - a indenização será paga em nome do menor, mediante alvará judicial;
- 28.7.9. Pessoas com idade entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos - a indenização será a paga ao menor devidamente assistido por seu pai, ou a mãe, desde que estes tenham o direito ao poder familiar, ou, finalmente, por seu tutor.
- 28.7.10. Após o pagamento da indenização por invalidez permanente total ou parcial por acidente, o capital segurado relativo a esta cobertura será automaticamente reintegrado.

TABELA MÍNIMA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE

INVALIDEZ PERMANENTE	DISCRIMINAÇÃO	% sobre Capital Segurado
----------------------	---------------	--------------------------

TOTAL	Perda total da visão de ambos os olhos	100
	Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
	Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
	Perda total do uso de ambas as mãos	100
	Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
	Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
	Perda total do uso de ambos os pés	100
	Alienação mental total e incurável	100
DIVERSAS	Perda total da visão de em olho	30
	Perda total da visão de um olho, quando o Segurado já não tiver outra vista	70
	Surdez total e incurável de ambos os ouvidos	40
	Surdez total e incurável de um dos ouvidos	20
	Mudez incurável	50
	Fratura não consolidada do maxilar inferior	20
	Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
	Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
MEMBROS SUPERIORES	Perda total de uso de um dos membros superiores	70
	Perda total do uso de uma das mãos	60
	Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos radioulnais	30
	Anquilose total de um dos ombros	25
	Anquilose total de um dos cotovelos	25
	Anquilose total de um dos punhos	20
	Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarpiano	25
	Perda total do uso de um dos polegares, exclusive o metacarpiano	18
	Perda total do uso da falange distal do polegar	09
	Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
	Perda total do uso de um dos dedos mínimos e um dos dedos médios	12
	Perda total do uso de um dos dedos anulares	09
	Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar	*
	* indenização equivalente a um terço do valor do respectivo dedo	
MEMBROS INFERIORES	Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
	Perda total do uso de um dos pés	50
	Fratura não consolidada de um fêmur	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos tíbio-peroneais	25
	Fratura não consolidada da rótula	20
	Fratura não consolidada de um pé	20
	Anquilose total de um dos tornozelos	20
	Anquilose total de um quadril	20
	Perda parcial de um dos pés (perda de todos os dedos e uma parte do mesmo pé)	25
	Amputação do primeiro dedo - polegar	10
	Amputação de qualquer outro dedo	3
	Perda total do uso de uma falange do primeiro dedo	**
	**indenização equivalente a metade, e dos demais dedos, equivalente a um terço do respectivo dedo	
	Encurtamento de um dos membros inferiores:	
	de cinco centímetros ou mais	15
	de quatro centímetros	10
	de três centímetros	06
	menos de três centímetros	Sem indenização

28.7.11. Despesas Médico-Hospitalares: o reembolso desta garantia somente responderá, em cada reclamação, pela parte da indenização que exceder os limites vigentes, na data do sinistro, para as coberturas do seguro obrigatório de "Danos Pessoais Causados Por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT"

28.7.12. No caso de despesas médico-hospitalares efetuadas pelo passageiro para seu tratamento, sob orientação médica, iniciado nos trinta primeiros dias contados da data do acidente, a Seguradora reembolsará as despesas médicas e dentárias, desde que cobertas pelo seguro, bem como diárias hospitalares incorridas, a critério médico, necessárias para o restabelecimento da vítima, observados os critérios dos subitens a seguir:

28.7.13. Cabe ao passageiro a livre escolha dos prestadores de serviços médico-hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados;

28.7.14. A comprovação das despesas médico hospitalares deverá ser feita mediante a apresentação dos comprovantes originais das despesas e dos relatório(s) do(s) médico(s) assistente(s);

28.7.15. Havendo despesas médico-hospitalares efetuadas no exterior, excluindo-se as com acompanhantes, passagens e estado de convalescença, as mesmas serão ressarcidas com base no câmbio oficial de venda da data do efetivo pagamento realizado pelo passageiro, respeitando-se os Limites Máximos de Indenização estabelecidos na apólice, atualizados monetariamente pela Seguradora, quando da liquidação do sinistro;

28.7.16. Desde que preservada a livre escolha, pode a Seguradora estabelecer acordos ou convênios com prestadores de serviços médico-hospitalares e odontológicos para facilitar a prestação de assistência ao passageiro.

28.7.17. As indenizações por despesas médico-hospitalares são cumulativas com qualquer outra garantia do presente seguro.

28.7.18. O passageiro ou Beneficiário, para recebimento da indenização, deverá provar satisfatoriamente a ocorrência do acidente, bem como todas as circunstâncias com ele relacionadas, facultando à Seguradora quaisquer medidas tendentes à elucidação do sinistro.

28.7.19. As despesas efetuadas com a comprovação do sinistro e documentos de habilitação correrão por conta da vítima ou de seus beneficiários, salvo se diretamente realizadas pela Seguradora.

28.7.20. Na hipótese de ausência de indicação dos beneficiários, o valor do capital segurado será pago em conformidade com a legislação sucessória vigente.

28.7.21. Em caso de sinistro de indenização integral do veículo segurado, não haverá devolução do prêmio da cobertura de APO, em virtude da concessão de desconto aplicado sobre o prêmio das coberturas de APO (Acidentes Pessoais com Ocupantes Morte, Invalidez Permanente e DMH) quando contratadas em conjunto com a cobertura de casco, em caso de sinistro de indenização integral do veículo segurado não haverá devolução do prêmio das referidas coberturas

29. PROCEDIMENTOS EM CASO DE SINISTRO

29.1. Quando ocorrer um acidente de trânsito envolvendo o veículo segurado ou seu roubo ou furto, o Segurado deverá seguir os procedimentos estabelecidos abaixo, bem como comunicar imediatamente o seu Corretor de seguros ou a Central de Relacionamento 24 Horas por meio do telefone 0800 que consta no verso do Cartão de Seguro.

29.2. Em sinistro de colisão o Segurado deverá:

29.2.1. Sinalizar imediatamente o local do acidente e se necessário solicitar o guincho da Seguradora, ligando para Central de Relacionamento 24 Horas;

29.2.2. Em caso de acidente causado por terceiros, obter seu nome, endereço, telefone e placa do veículo causador do sinistro, bem como nome, endereço e telefone de testemunhas;

29.2.3. Obter nome da Seguradora e o número da apólice do terceiro (s);

29.2.4. O Segurado poderá optar pela oficina de sua preferência, desde que ela esteja regularizada junto aos órgãos competentes de acordo com a legislação vigente de cada localidade. O conserto do veículo só poderá ser efetuado após a liberação da Seguradora;

29.2.5. A Contratada não deverá assumir a culpa do acidente com o fim de adquirir do terceiro o reembolso da franquia, sob pena de perda do direito à indenização;

- 29.2.6. A Seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias do sinistro no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 29.2.7. A Contratada deverá aguardar a liberação da Seguradora para efetuar os reparos no veículo segurado.
- 29.2.8. Decorrido o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis estabelecido no subitem 30.2.6 acima, caso não haja pronunciamento por parte da Seguradora, a Contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 29.2.9. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério da Contratante.
- 29.2.10. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.
- 29.2.11. Em sinistro de roubo ou furto o Segurado deverá, imediatamente após a ocorrência do evento:
- 29.2.11.1. Solicitar junto aos órgãos competentes o registro do Boletim de Ocorrência;
- 29.2.11.2. Avisar o Corretor de seguros e a Seguradora por meio da Central de Relacionamento 24 Horas a ocorrência do evento para a elaboração do Aviso de Sinistro;
- 29.2.11.3. Encaminhar o boletim de ocorrência ao seu Corretor de Seguros ou à Seguradora
- 29.2.11.4. Informar a Seguradora caso o veículo seja localizado para que sejam efetuadas as baixas necessárias, mesmo se o veículo já tiver sido indenizado.
- 29.2.11.5. Receber o veículo, caso ele seja recuperado antes do 30º (trigésimo) dia seguinte à data de comunicação do sinistro à Seguradora
- 29.2.12. Liquidação do Sinistro
- 29.2.12.1. O Reembolso do valor dos reparos pago pelo Segurado perante a oficina serão deduzidos das franquias devidas, desde que o conserto do veículo tenha sido formal e expressamente autorizado pela Seguradora.
- 29.2.12.2. Os serviços executados em oficinas referenciadas pela Seguradora poderão ser diretamente faturados em nome desta, cabendo ao Segurado apenas o pagamento da franquia e de eventuais outros serviços não relacionados ao sinistro coberto
- 29.2.13. Valor da indenização em caso de perda parcial do veículo
- 29.2.13.1. A indenização corresponderá ao valor dos reparos referentes aos prejuízos apurados, descontada a franquia estipulada na apólice para o veículo, exceto nos casos de incêndio, raio ou explosão, casos em que não haverá dedução de franquia. As avarias anteriores ao sinistro serão deduzidas do valor da indenização.
- 29.2.13.2. Será de livre escolha do Segurado a Oficina para recuperação do veículo sinistrado devendo a Contratante observar, para cada uma das coberturas contratadas, os benefícios que teria, caso tivesse escolhido uma das Oficinas Referenciadas pela Seguradora
- 29.2.13.3. Não havendo acerto dos valores de reparação entre a Seguradora e a Oficina escolhida pelo Segurado, será facultada à Seguradora a indicação de uma Oficina referenciada ou uma Concessionária para a reparação do veículo. Caso o Segurado prefira manter o veículo na Oficina por ele escolhida será de sua responsabilidade os valores excedentes entre os pleiteados pela Oficina por ele escolhida e a Oficina referenciada pela Seguradora.
- 29.2.13.4. A reposição de peças será feita por peças originais, adequadas e novas, ou que, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, desde que estas peças mantenham as mesmas especificações técnicas do fabricante, distribuídas pelas concessionárias das montadoras ou pelos fabricantes das peças e seus representantes;
- 29.2.14. Valor da indenização em caso de indenização integral do veículo
- 29.2.14.1. Caberá à Contratada pagar indenização no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da entrega de toda a documentação básica, no caso de roubo/furto ou perda total (Circular SUSEP nº 256, art. 33, parágrafo 1º da Seção XIII, Capítulo IV, Anexo I). O valor da indenização corresponderá a 100% da Tabela FIPE vigente na data do referido pagamento, acrescido do valor do Baú por tipo de veículo segurado.
- 29.2.14.2. Será decretada a indenização integral quando os prejuízos e/ou despesas resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem 70% do valor contratado para cobrir o veículo. O valor contratado para cobrir o casco, em reais, será calculado a partir da multiplicação do fator de ajuste contratado pelo Segurado, pela cotação publicada na tabela de referência estabelecida na apólice.
- 29.2.14.3. No caso de sinistro com perda total, o veículo somente será retirado das dependências da Contratante ou da oficina Contratada, após a comprovação do pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU pela seguradora.
- 29.2.14.4. Para pagar a indenização que trata o item acima, a Contratada deverá gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU Simples), disponível em: <https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/pagamento-gru> inserindo as seguintes informações básicas: Órgão Arrecador: 29208 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS; 495001 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS; Gestão: 44205; Serviço: 015466 - INDENIZAÇÕES VEÍCULOS.
- 29.2.15. Prazo para pagamento da indenização
- 29.2.15.1. A Seguradora indenizará o montante dos prejuízos regularmente apurados, deduzida a franquia, quando houver, nos termos previstos pela Cláusula "Franquias" destas Condições Gerais e respeitado o Limite Máximo de indenização contratado para cada cobertura;
- 29.2.15.2. Fixada a indenização devida, a Seguradora efetuará o pagamento da importância a que estiver obrigada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação, pelo Segurado ou reclamante, de todos os documentos básicos necessários para a liquidação do sinistro
- 29.2.15.3. Para todos os efeitos, em caso de dúvida fundamentada e justificável por parte da Seguradora, poderá ser solicitada documentação ou informação complementar ao Segurado, por escrito, expondo as razões e os fundamentos da dúvida. Com isso ficará suspensa a contagem do prazo de que trata o item anterior a partir do momento da solicitação, sendo reiniciada a partir do dia útil posterior àquele em que forem entregues os respectivos documentos ou prestada a informação. Neste caso, o prazo somente poderá ser reaberto no dia subsequente ao recebimento dos referidos documentos pela Seguradora. Caso a dúvida se mostre infundada, o valor da indenização será atualizado monetariamente para a data do pagamento.
- 29.2.15.4. Poderão ser solicitados pela Seguradora: atestados ou certidões de autoridades competentes; resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro ou ainda cópia da certidão de abertura de inquérito, que porventura tiver sido instaurado, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo acima previsto
- 29.2.16. Da recusa de Sinistro
- 29.2.16.1. Quando a Seguradora recusar um sinistro, deverá comunicar os motivos da recusa, ao Segurado por escrito, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da entrega da documentação solicitada.
- 29.2.16.2. Dos documentos necessários para a liquidação do sinistro, nos casos previstos no subitem 29.6.
- 29.2.17. O Segurado, seu representante legal ou Corretor de seguros deverá apresentar à Seguradora os seguintes documentos:
- 29.2.17.1. Aviso de Sinistro preenchido, assinado ou por telefone
- 29.2.17.2. Registro de Ocorrência Policial (cópia)
- 29.2.17.3. Carteira Nacional de Habilitação do condutor do veículo no momento (cópia)
- 29.2.17.4. CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (cópia)
- 29.2.17.5. Certificado de Propriedade do Veículo DUT com firma reconhecida (original)
- 29.2.17.6. IPVA - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, exercício atual e anteriores (no mínimo os 02 últimos anos)
- 29.2.17.7. Chaves do veículo (se possível)
- 29.2.17.8. Manual do Proprietário (se possível)
- 29.2.17.9. Nota fiscal de saída com destaque do ICMS (para pessoa jurídica) ou carta de isenção com firma reconhecida
- 29.2.17.10. Termo de Quitação e Responsabilidade por Multas
- 29.2.17.11. Boletim de ocorrência
- 29.2.17.12. Laudo de atendimento médico do condutor do veículo, se houver.
- 29.2.17.13. A indenização integral será devida quando o veículo estiver livre de penhoras, gravames ou ônus de qualquer natureza e sua documentação estiver devidamente regularizada.

1. ANEXOS

1.1. ANEXO 1 - UNIDADES DO SGB/CPRM

1. Sede em Brasília (SEDE-BR)

Endereço: Setor Bancário Norte – SBN – Quadra 2, Asa Norte – bloco H- Edifício Central Brasília, 1ª,2ª e 5ª andar CEP: 70830-030

CNPJ: 00.091.652/0001-89

Responsável técnico: Titular do Serviço de Administração e Finanças - SERAFI

2. Escritório Rio De Janeiro (ERJ-RJ)

Endereço: Avenida Pasteur n.º 404 - Urca - Rio de Janeiro - RJ CEP: 22290-255

CNPJ: 00.091.652/0002-60

Responsável técnico: Titular do Serviço de Administração e Finanças - SERAFI

3. Superintendência Regional de Belém (SUREG – BE)

Endereço: Av. Dr. Freitas n.º 3645 – Bairro Marco Belém – PA – CEP: 60095-110

CNPJ: 00.091.652/0005-02

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

4. Superintendência Regional de Belo Horizonte (SUREG – BH)

Endereço: Av. Brasil n.º 1731 - Bairro Funcionários - MG - CEP: 30140-002

CNPJ: 00.091.652/0010-70

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

5. Superintendência Regional de Goiânia (SUREG – GO)

Endereço: Rua 148 n.º 485 - Bairro Setor Marista - Goiânia - GO – CEP: 74170-110

CNPJ: 00.091.652/0011-50

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

6. Superintendência Regional de Manaus (SUREG – MA)

Endereço: Av. André Araújo n.º 2160 - Bairro Aleixo Manaus - MA - CEP: 69060-000

CNPJ: 00.091652/0004-21

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

7. Superintendência Regional de Porto Alegre (SUREG – PA)

Endereço: Rua Banco da Província n.º 105 – Bairro Morro Santa Teresa – Porto Alegre – RS – CEP 90840-030

CNPJ: 00.091.652/0009-36

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

8. Superintendência Regional de Recife (SUREG – RE)

Endereço: Av. Sul n.º 2291 - Bairro Afogados - Recife - PE - CEP.: 50770-011

CNPJ: 00.091.652/0006-93

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

9. Superintendência Regional de Salvador (SUREG – SA)

Endereço: Av. Ulysses Guimarães n.º 2862 - Bairro Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia - Salvador - BA - CEP: 41213-000

CNPJ:00.091.652/0030-13

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

10. Superintendência Regional de São Paulo (SUREG – SP)

Endereço: Rua Costa n.º 55 - Bairro Cerqueira Cesar - Centro - São Paulo - SP – CEP: 01304-010

CNPJ: 00.091.652/0008-55

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

11. Residência de Fortaleza (REFO)

Endereço: Rua Rodrigues Junior, 840, Centro - Fortaleza - CE – CEP: 60.060-000

CNPJ: 00.091.652/0030-13

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças - ASTDAF

12. Residência de Porto Velho (REPO)

Endereço: Av. Lauro Sodré n.º 2561 - Bairro São Sebastião - Porto Velho - RO – CEP: 76801-581

CNPJ: 00.091.652/0012-31

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças - ASTDAF

13. Residência de Teresina (RETE)

Endereço: Rua Goiás n.º 312 - Bairro Frei Serafim -Teresina - PI - CEP: 64001-620

CNPJ: 00.091.652/0015-84

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças – ASTDAF

1.2. ANEXO 2 - RELAÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

ORDEM	PLACA	CHASSI	VEÍCULO	DESCRIÇÃO	ANO FAB	ANO MOD	BONUS	LOCALIZAÇÃO
1	REH8J66	93XSYKL1TLCL30325	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/Belém
2	REE1H16	93XSYKL1TLCK26645	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/Belém
3	PAT4869	9BFLF49P7HB010601	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM	2016	2017	7	CPRM/Belém

				TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.				
4	PAT4875	9FLF49P8HB010770	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Belém
5	PAT4876	9BFLF49P6HB010640	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Belém
6	PBJ8522	9BFLF49P5JB014247	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2018	2018	6	CPRM/Belém
7	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD8R3123142	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Belém
8	JIL5901	9BG138JJ0BC444642	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE DUPLA: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE DUPLA, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2011	2011	9	CPRM/Belo Horizonte
9	JKO5541	93XJNKB8TDCC64470	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	10	CPRM/Belo Horizonte
10	PAT4867	9BFLF49P8HB010798	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Belo Horizonte
11	PAX3181	9BG143DK0JC405281	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	6	CPRM/Belo Horizonte
12	PAX3182	9BG143DK0JC407180	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Belo Horizonte
13	PAX3183	9BG143DK0JC424178	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	6	CPRM/Belo Horizonte
14	PAX3184	9BG143DK0JC426879	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Belo Horizonte
15	PBJ8520	9BFLF49P5JB014250	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2018	2018	7	CPRM/Belo Horizonte
16	PBL3843	9BG148DK0KC411518	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	5	CPRM/Belo Horizonte
17	PBL3844	9BG148DK0KC411533	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	6	CPRM/Belo Horizonte
18	REE7B71	8AJFA8CB8L2008812	TOYOTA HILUX	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2019	2020	4	CPRM/Belo Horizonte
19	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD7R3123097	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Belo Horizonte
20	PAX3104	9BG143DK0JC402488	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Fortaleza
21	PAX3105	9BG143DK0JC401279	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Fortaleza
22	VEÍCULO NOVO	8AJDA8CB6R6058367	TOYOTA HILUX CS DSL 4X4	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Fortaleza
23	JIL0211	9BG124JJ0BC446794	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2011	2011	9	CPRM/Goiânia
24	JJZ7869	8AJDY22G007000981	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	7	CPRM/Goiânia
25	JJZ8A02	8AJDY22G2D7000979	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/Goiânia
26	REI2A69	93XSYK11TLCL28164	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/Goiânia
27	OZW8591	WV1DB42HXEA050790	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2.0. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2014	9	CPRM/Goiânia
28	PAT4I61	9BFLF49P4HB010636	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Goiânia
29	PAT4I63	9BFLF49P9HB010602	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Goiânia

30	PAT4864	9BFLF49P9HB010535	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Goiânia
31	PAT4I65	9BFLF49P5HB010600	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Goiânia
32	PBL5200	9BG143DK0JC436825	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2017	2017	7	CPRM/Goiânia
33	PQH2C53	9BG144DK0FC402780	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL POTÊNCIA/CILINDRADAS: 200/2800; DIESEL, COR EXTERNA BRANCO SUMMIT, VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2015	2015	9	CPRM/Goiânia
34	PQH2C63	9BG144DK0FC409974	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL POTÊNCIA/CILINDRADAS: 200/2800; DIESEL, COR EXTERNA BRANCO SUMMIT, VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2015	2015	9	CPRM/Goiânia
35	PQH2C73	9BG144DK0FC411920	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL POTÊNCIA/CILINDRADAS: 200/2800; DIESEL, COR EXTERNA BRANCO SUMMIT, VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2015	2015	9	CPRM/Goiânia
36	PBL3847	9BG148DK0KC411647	GM CHEVROLET S10	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2018	2018	5	CPRM/Goiânia
37	VEÍCULO NOVO	8AJDA8CB6R6058410	TOYOTA HILUX CS DSL 4X4	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Goiânia
38	JKO5531	93XJNKB8TDC64487	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	10	CPRM/Manaus
39	REI2A70	93XSXKL1TLCL30753	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/Manaus
40	OZW8500	WV1DB42H0EA045310	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2.0. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2014	9	CPRM/Manaus
41	OZW8614	WV1DB42H1EA032596	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2014	9	CPRM/Manaus
42	PAT4871	9BFLF49P8HB010848	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Manaus
43	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD3R3123078	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Manaus
44	JJZ8A03	8AJDY22G6D7001432	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/Porto Alegre
45	JKO5891	8AJDY22G6D7001388	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/Porto Alegre
46	PAC3387	9BFLF49P7FB003502	FORD F4000 CABINE SIMPLES	FORD F-4000 4X4, COM BAÚ 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL - ANO E MODELO 2014/2015 - TRACÃO 4X4; - CAPACIDADE PARA 3 (TRÊS) PASSAGEIROS; - 2 (DOIS) EIXOS; - RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO;- CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 3.943KG - PESO BRUTO TOTAL (PTB) ENTRE 6.800KG - DIREÇÃO HIDRÁULICA; E - COR: BRANCA. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2015	10	CPRM/Porto Alegre
47	PAC3388	9BFLF49P9FB003503	FORD F4000 CABINE SIMPLES	FORD F-4000 4X4, COM BAÚ 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL - ANO E MODELO 2014/2015 - TRACÃO 4X4; - CAPACIDADE PARA 3 (TRÊS) PASSAGEIROS; - 2 (DOIS) EIXOS; - RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO;- CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 3.943KG - PESO BRUTO TOTAL (PTB) ENTRE 6.800KG - DIREÇÃO HIDRÁULICA; E - COR: BRANCA. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2015	10	CPRM/Porto Alegre
48	PAC8052	9BFLF49P5FB002283	FORD F4000 CABINE SIMPLES	FORD F-4000 4X4, COM BAÚ 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL - ANO E MODELO 2014/2015 - TRACÃO 4X4; - CAPACIDADE PARA 3 (TRÊS) PASSAGEIROS; - 2 (DOIS) EIXOS; - RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO;- CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 3.943KG - PESO BRUTO TOTAL (PTB) ENTRE 6.800KG - DIREÇÃO HIDRÁULICA; E - COR: BRANCA. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2015	10	CPRM/Porto Alegre
49	PAC8F87	9BFLF49P1FB003394	FORD F4000 CABINE SIMPLES	FORD F-4000 4X4, COM BAÚ 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL - ANO E MODELO 2014/2015 - TRACÃO 4X4; - CAPACIDADE PARA 3 (TRÊS) PASSAGEIROS; - 2 (DOIS) EIXOS; - RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO;- CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 3.943KG - PESO BRUTO TOTAL (PTB) ENTRE 6.800KG - DIREÇÃO HIDRÁULICA; E - COR: BRANCA. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2015	10	CPRM/Porto Alegre
50	PAC8588	9BFLF49P8FB003492	FORD F4000 CABINE SIMPLES	FORD F-4000 4X4, COM BAÚ 1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL - ANO E MODELO 2014/2015 - TRACÃO 4X4; - CAPACIDADE PARA 3 (TRÊS) PASSAGEIROS; - 2 (DOIS) EIXOS; - RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO;- CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 3.943KG - PESO BRUTO TOTAL (PTB) ENTRE 6.800KG - DIREÇÃO HIDRÁULICA; E - COR: BRANCA. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2015	10	CPRM/Porto Alegre
51	PBL5199	9BG143DK0JC436502	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2017	2017	7	CPRM/Porto Alegre
52	PBL5201	9BG143DK0JC435713	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2017	2017	7	CPRM/Porto Alegre
53	VEÍCULO NOVO	8AJDA8CB6R6058407	TOYOTA HILUX CS DSL 4X4	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Porto Alegre
54	VEÍCULO NOVO	8AJDA8CB2R6058307	TOYOTA HILUX CS DSL 4X4	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Porto Alegre
55	JJZ7857	8AJDY22G1D7001122	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/Porto Velho
56	JKO5F21	93XJNKB8TDC61831	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE	2012	2013	9	CPRM/Porto Velho

				NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;				
57	OZW8444	9BG148DK0EC433766	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2014	2014	10	CPRM/Porto Velho
58	PAT4I72	9BFLF49P6HB010637	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Porto Velho
59	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CDXR3123109	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Porto Velho
60	REE1H06	93XSYKL1TLCL29777	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/Recife
61	PAT4I70	9BFLF49P0HB010603	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Recife
62	PAT4874	9BFLF49PXHB010799	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Recife
63	PAX3041	9BG144DK0HC431660	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2016	2017	7	CPRM/Recife
64	PAX3042	9BG143DK0JC409772	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Recife
65	PBA7010	WV1DB42H3HA010507	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2.0. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2016	2017	7	CPRM/Recife
66	PBL3842	9BG148DK0KC411328	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	6	CPRM/Recife
67	REE7B76	8AJFA8CB3L2008815	TOYOTA HILUX	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2019	2020	4	CPRM/Recife
68	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD3R3123095	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Recife
69	OZW8499	WV1DB42H9EA047413	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2.0. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2014	2014	9	CPRM/Salvador
70	PAT4866	9BFLF49P5HB010841	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Salvador
71	PAX3185	9BG143DK0JC425511	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE SIMPLES: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE SIMPLES, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2017	2018	7	CPRM/Salvador
72	PBA7000	WV1DB42H7HA008937	VOLKSWAGEN AMAROK CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK- UP CABINE DUPLA COM BAÚ NA FORMA DA RESOLUÇÃO DO CONTRAN. VOLKSWAGEN/AMAROK 2.0. COR BRANCA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ DE ALUMÍNIO. VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2016	2017	7	CPRM/Salvador
73	PBL3840	9BG148DK0KC410800	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	6	CPRM/Salvador
74	PBL3845	9BG148DK0KC411527	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2019	2018	6	CPRM/Salvador
75	PBL3846	9BG148DK0KC412261	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	6	CPRM/Salvador
76	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD7R3123147	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/Salvador
77	FJG5I53	9BG144DK0FC411717	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL POTÊNCIA/CILINDRADAS: 200/2800; DIESEL, COR EXTERNA BRANCO SUMMIT, VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2015	2015	9	CPRM/São Paulo
78	JIL5891	9BG138JJ0BC445176	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP: CABINE DUPLA: VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PESSOAL, CABINE DUPLA, 4X4, DIESEL, COM AR CONDICIONADO.	2011	2011	9	CPRM/São Paulo
79	JJZ7888	8AJDY22G6D7001035	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/São Paulo
80	JJZ7900	8AJDY22G6D7001137	TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES	VEÍCULO PICK-UP CABINE SIMPLES TRACAO 4X4; 2 PORTAS; COR BRANCA; MOTOR DIESEL 3.0L 16V TURBO INTERCOOLER DE 171CV ACESSÓRIOS: ALARME E TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS. VIDROS ELÉTRICOS; AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; GPS INTEGRADO E RÁDIO AM/FM, ESTÉREO, COM CD PLAYER, ALTO-FALANTES INSTALADOS; ENGATE TIPO BOLA; ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS; E FARÓIS DE NEBLINA. CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2012	2013	9	CPRM/São Paulo
81	REH8J65	93XSYKL1TLCL30757	MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA	CAMINHONETE PICK UP CABINE DUPLA TRACAO 4X4, COR BRANCA; MOTOR DIESEL 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA,ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE... CARROCEIRA FECHADA COM BAÚ;	2020	2020	5	CPRM/São Paulo
82	PBL3838	9BG148DK0KC411582	GM S10 CABINE DUPLA	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL; COR EXTERNA BRANCO SUMMIT.	2018	2018	6	CPRM/São Paulo
83	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD4R3123171	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2023	2024	0	CPRM/São Paulo
84	PAT4848	9BFLF49P9HB010843	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Teresina

85	PAT4I68	9BFLF49PXHB010639	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2016	2017	7	CPRM/Teresina
86	PBJ8519	9BFLF49P9JB014249	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2018	2018	7	CPRM/Teresina
87	PBJ8521	9BFLF49P7JB014251	FORD F4000 CABINE DUPLA	CABINE DUPLA COM CARROCERIA ESTENDIDA, TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV DIESEL, DIRECAO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, ALARME, SENSOR DE MARCHA RE SENSOR DE MARCHA RE COM TELA INTEGRADA DE TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS, GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL.	2018	2018	7	CPRM/Teresina
88	PIN7442	BG144DK0FC405796	GM S10 CABINE SIMPLES	VEÍCULO TIPO PICK-UP, CABINE SIMPLES, TRACÃO 4X4; CARROCERIA FECHADA COM BAÚ. GM/ S10, MOTOR 2.8 TURBO DIESEL POTÊNCIA/CILINDRADAS: 200/2800; DIESEL, COR EXTERNA BRANCO SUMMIT, VEÍCULO NOVO ZERO KM.	2015	2015	9	CPRM/Teresina
89	REE6E51	8AJFA8CBXL2008830	TOYOTA HILUX	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2019	2020	4	CPRM/Teresina
90	REE6E62	8AJFA8CB2L2008840	TOYOTA HILUX	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2019	2020	4	CPRM/Teresina
91	REE7B66	8AJFA8CB4L2008810	TOYOTA HILUX	CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2019	2020	4	CPRM/Teresina
92	VEÍCULO NOVO	8AJKA3CD4R3123090	TOYOTA HILUX CD DSL 4X4	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/Teresina
93	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X5	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
94	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X6	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
95	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X7	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
96	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X8	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
97	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X9	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
98	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X10	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
99	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X11	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
100	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X12	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
101	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X13	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
102	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X14	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
103	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X15	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
104	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X16	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
105	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X17	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
106	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X18	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
107	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X19	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
108	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X20	CABINE DUPLA, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
109	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X5	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
110	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X6	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
111	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X7	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
112	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X8	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
113	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X9	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
114	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X10	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
115	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X11	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
116	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X12	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
117	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X13	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
118	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X14	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
119	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X15	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
120	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X16	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
121	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X17	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
122	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X18	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
123	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X19	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
124	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X20	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
125	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X21	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
126	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X22	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir

127	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X23	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
128	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X24	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
129	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X25	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
130	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X26	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
131	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X27	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir
132	VEÍCULO NOVO	VEÍCULO NOVO	TOYOTA HILUX CD DSL 4X28	CABINE SIMPLES, CARROCERIA FECHADA COM BAÚ	2024	2024	0	CPRM/A definir

1.3. Anexo 3 - Valores de coberturas (Casco, Baú e RCF-V)

CASCO	VALOR UNITÁRIO DO CASCO (R\$)	BAÚ	VALOR UNITÁRIO DO BAÚ (R\$)
FORD F4000 CABINE DUPLA	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (4.500 mm de comprimento, 2.200 mm de largura e 1.400 mm de altura:	R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
FORD F4000 CABINE SIMPLES		com baú de alumínio tipo carga seca (5.000 mm de comprimento, 2.200 mm de largura e 2.330 mm de altura:	
FORD RANGER CABINE DUPLA	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (1.800 mm de comprimento, 1.800 mm de largura e 1.300 mm de altura:	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
GM S10 CABINE DUPLA			
MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA			
VW AMAROK CABINE DUPLA			
GM S10 CABINE SIMPLES	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (2.200 mm de comprimento, 1.800 mm de largura e 1.300 mm de altura:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES			

1.3.1. A Tabela a seguir apresenta os valores estimativos dos baús e os valores de cobertura para o serviço, objeto deste Termo de Referência.

CASCO	VALOR UNITÁRIO DO CASCO (R\$)	BAÚ	VALOR UNITÁRIO DO BAÚ (R\$)
FORD F4000 CABINE DUPLA	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (4.500 mm de comprimento, 2.200 mm de largura e 1.400 mm de altura:	R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
FORD F4000 CABINE SIMPLES		com baú de alumínio tipo carga seca (5.000 mm de comprimento, 2.200 mm de largura e 2.330 mm de altura:	
FORD RANGER CABINE DUPLA	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (1.800 mm de comprimento, 1.800 mm de largura e 1.300 mm de altura:	R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
GM S10 CABINE DUPLA			
MITSUBISHI L200 CABINE DUPLA			
VW AMAROK CABINE DUPLA			
GM S10 CABINE SIMPLES	100% da tabela FIPE atualizada	com baú de alumínio tipo carga seca (2.200 mm de comprimento, 1.800 mm de largura e 1.300 mm de altura:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
TOYOTA HILUX CABINE SIMPLES			

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº [Decreto no 10.024, de 20/09/2019](#) cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **RUBEM DE SOUZA MONCAO JUNIOR**, Analista em Geociências, em 14/08/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [sei.sgb.gov.br/autenticidade](#), informando o código verificador **2179053** e o código CRC **D1E65D91**.



MINUTA CONTRATO Nº 2226233

Processo nº 48086.003493/2024-49

Unidade Gestora: (preenchido pela DICONTE)

MINUTA DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS PARA A FROTA, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM E A (PREENCHIDO PELA DICONTE).

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904, e a (preenchido pela DICONTE), (unidade Regional) localizado na (...), Cidade - Estado, CEP: ..., inscrita no **CNPJ/MF sob o nº** (preenchido pela DICONTE), neste ato representada por seus Diretores, na forma de seu Estatuto Social vigente, doravante denominada simplesmente **CPRM**, e a (preenchido pela DICONTE), com sede na (preenchido pela DICONTE), inscrito no **CNPJ/MF sob o nº** (preenchido pela DICONTE), Inscrição Estadual nº (preenchido pela DICONTE), neste ato representado por (preenchido pela DICONTE), inscrito no CNPJ/MF sob o nº ***.(preenchido pela DICONTE)-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, pelo presente instrumento, têm justo e contratado o objeto a seguir discriminado, licitado através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** (preenchido pela DICONTE), **PROCESSO Nº** (preenchido pela DICONTE), a cujo Edital está vinculado este Contrato, sujeitas as partes às normas da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços prestados por empresa de Seguradora, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, de acordo com o Termos de Execução Descentralizada SGB/CPRM/ANA nº 09/2023, sob a responsabilidade do Departamento de Hidrologia – DEHID, com prestação de serviços pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com cobertura contra acidentes, danos materiais resultantes de sinistro de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES**

2.1. As condições da execução do objeto são as constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

3.1. O prazo de vigência deste Contrato é de **1 (um) ano**, contados a partir da data de sua última assinatura, podendo ser estendido, mediante Termos Aditivos, até a conclusão da execução do objeto contratual, nos termos do artigo 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - justificativa técnica da necessidade da prorrogação.
- II - demonstração da vantajosidade econômica da manutenção do ajuste.

- III - existência de previsão orçamentária para atender as despesas resultantes da prorrogação do prazo.
- IV - execução satisfatória das obrigações contratuais pela contratada.
- V - manutenção da vantajosidade econômica para a CPRM, caso prorrogue a vigência do prazo contratual.
- VI - manifestação expressa do interesse na prorrogação, pela contratada.
- VII - manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de sanções impeditivas do direito de contratar da contratada.
- VIII - existência de autorização da autoridade competente.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1. Cumprir fielmente o presente Contrato de forma que a execução do objeto ora avençada se realize em conformidade com as especificações e prazos exigidos e, sempre, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com o Termo de Referência.
- 4.2. Observar, durante a execução do objeto, o exato cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.
- 4.3. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.
- 4.4. Assumir os ônus decorrentes de ações judiciais por prejuízos oriundos diretamente da execução de suas obrigações e que possam vir a ser imputados à CPRM, por terceiros.
- 4.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados diretamente à CPRM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, por ato ou omissão sua, de seus empregados e/ou prepostos.
- 4.6. Atender às notificações, feitas pela fiscalização, acerca de eventuais irregularidades, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de expedição da correspondência.
- 4.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente ajuste, ficando eximida a CPRM de qualquer responsabilidade fiscal, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, assistenciais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, além de licenças, seguro de acidentes de trabalho e outros obrigatórios.
- 4.7.1. Disponibilizar, sempre que requisitada pela fiscalização, toda documentação relativa ao pagamento e cumprimento das obrigações acessórias referentes a tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, assistenciais e acidentários relacionados com este Contrato.
- 4.8. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 4.9. Manter a CPRM, durante e após a vigência do Contrato, à margem de quaisquer reivindicações dos seus empregados, sendo, nesse particular e em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por si e/ou sucessores, por quaisquer ônus que venham a ser imputados à CPRM, em qualquer época, decorrentes de tais reivindicações ou reclamações, judiciais ou extrajudiciais.
- 4.10. A CONTRATADA deverá prestar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, por 07 (sete) dias de semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.
- 4.10.1. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.
- 4.11. A CONTRATADA deverá possuir um meio de comunicação integralmente disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento durante todo o período de vigência contratual.
- 4.12. Disponibilizar as apólices em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do Contrato, contendo as seguintes informações:
- 4.12.1. Identificação do veículo contendo placa, marca, modelo, ano de fabricação, ano de modelo e chassi;
 - 4.12.2. Valor do Prêmio;
 - 4.12.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes no Termo de Referência;
 - 4.12.4. Documento de cobrança;
- 4.13. A CONTRATADA deverá ser emitir uma apólice, um valor de prêmio e um documento de cobrança (boleto bancário) para cada veículo segurado.

- 4.14. Indicar o nome e o telefone do responsável pelo Contrato, bem como um canal de atendimento gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para acionamento de emergência. Cada ocorrência registrada deverá gerar, automaticamente, um número de protocolo vinculado ao atendimento.
- 4.15. Informar a Razão Social e o CNPJ da Seguradora e da Corretora, se for o caso, bem como seus respectivos registros na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 4.16. Comunicar ao CPRM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- 4.17. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato, além das penalidades cabíveis.
- 4.18. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
- 4.19. Ocorrendo sinistro, realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CPRM poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 4.20. Enviar mensalmente à CPRM um relatório detalhando os atendimentos, cuja estrutura será acordada com o(a) Gestor(a) do Contrato
- 4.21. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente.
- 4.22. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CPRM**

- 5.1. Nomear um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.
- 5.2. Indicar o local da execução do objeto, seu prazo e suas especificações, conforme o Termo de Referência.
- 5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 5.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, estabelecida no Contrato.
- 5.5. Efetuar o pagamento referente ao objeto contratado de acordo com os preços e a forma estabelecidos no Contrato, após a devida aprovação do objeto executado.
- 5.6. Atestar as respectivas Notas Fiscais Eletrônicas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.
- 5.7. Assegurar-se da boa execução do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.
- 5.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado que esteja em desacordo com as respectivas especificações.
- 5.9. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CPRM, não devem ser interrompidos.
- 5.10. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.
- 5.11. Prestar as informações e os esclarecimentos porventura necessários.
- 5.12. Reter os pagamentos devidos à CONTRATADA em caso de inexecução do objeto contratual, ou em caso de inexecução a contento do objeto contratual.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

- 6.1. Os Preços (Prêmios de Seguro) para o período de 1 (um) ano, por veículo, estabelecidos para plena execução dos serviços são aqueles constantes da Proposta da CONTRATADA, anexa ao presente ao contrato.
- 6.2. O valor global do presente contrato é de **R\$ (preenchido pela DICONTE) (preenchido pela DICONTE)**, correspondente ao somatório dos valores unitários indicados na Proposta, em anexo.
- 6.2.1. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, tais como: o salário, os tributos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, valor a título de alimentação, vale-transporte, na forma da lei, materiais a serem utilizados, mão de obra; fretes, lucro, BDI etc.
- 6.3. A CPRM não pagará qualquer taxa ou valor além do mencionado na Proposta da CONTRATADA, após a conclusão da execução do objeto.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será realizado pelo objeto, efetivamente, executado e aprovado pela fiscalização e observará os preços registrados na proposta de preços, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

7.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, somente após a efetiva execução dos serviços e aprovação do objeto do Pregão e até o 10º (décimo) dia útil após a data do peticionamento eletrônico da Nota Fiscal (conforme abaixo), acompanhada dos documentos que comprovam a manutenção das condições de habilitação e recibo, atestado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde ocorrerá a execução do(s) serviço(s), conforme o Termo de Referência.

7.2.1. O pagamento poderá ser realizado em parcelas, a título de contraprestação pelo serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência.

7.2.2. Em caso de serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência, a realização do pagamento parcelado observará o procedimento descrito nesta cláusula, contemplando a execução, o recebimento e a aprovação de cada parcela do objeto.

7.3. A apresentação da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e e do recibo emitido pela CPRM deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

7.4. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

7.5. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação por *e-mail* ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

7.6. Toda a comunicação entre a CONTRATADA e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista acima.

7.7. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

7.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.9. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

7.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

8.1. O objeto do presente Contrato será recebido:

a) O objeto será recebido provisoriamente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

b) O objeto será recebido definitivamente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências do Termo de Referência e deste Contrato.

8.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Termo de Referência e com este Contrato.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

8.4. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da CPRM, que anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto e determinará o que for necessário para regularizar as falhas ou defeitos observados.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do objeto do presente Contrato será fiscalizada pela CPRM, através de representante designado, consoante o Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA, em caso de cometimento de infrações, estará sujeita às seguintes sanções, nos termos do artigo 167 do [Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM](#):

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de conclusão do objeto, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado e rejeitado, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.4. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado desconforme as especificações deste instrumento, do Termo de Referência ou da Proposta, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.5. Multa não compensatória de até 20% (vinte por cento), por inexecução total ou parcial, sobre o valor global do Contrato, que poderá ser rescindido.

10.1.6. Multa de até 5% (cinco por cento) em caso de cometimento de fraude fiscal.

10.1.7. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima estará sujeita à penalidade de Impedimento de licitar e de contratar com a CPRM, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.1.7.1. O impedimento de licitar e de contratar com a CPRM resultará em descredenciamento no SICAF pelo mesmo prazo.

10.1.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de suspensão e impedimento.

10.1.9. As penalidades previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelas perdas e danos diretos e indiretos.

10.1.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.1.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

10.1.12. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

10.1.13. A autoridade competente, na apuração dos fatos, poderá aceitar as justificativas apresentadas, a seu critério e, na eventual aplicação da(s) penalidade(s), considerará a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da penalidade, bem como o dano causado à CPRM, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL

11.1. São formas de extinção do vínculo contratual:

11.1.1. Distrato ou Resilição Bilateral.

11.1.2. Denúncia ou Resilição Unilateral.

11.1.3. Resolução.

11.1.4. Rescisão Judicial ou Arbitral.

11.1.5. Conclusão total da execução do objeto contratado.

11.2. O Distrato ou Resilição Bilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por mútua vontade das partes.

11.3. A Denúncia ou Resilição Unilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por vontade unilateral de uma das partes, sem que tenha ocorrido inadimplemento da outra parte.

11.4. A Resolução é a forma de extinção do vínculo contratual que pressupõe a inexecução das obrigações contratuais.

11.5. A Rescisão Judicial é a forma de extinção do vínculo contratual quando houver lesão impossível de ser restaurada pelas partes.

11.6. A Execução total do objeto contratado é a forma de extinção natural do vínculo contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO

12.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o presente Contrato.

12.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos, de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da CPRM.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços.

13.2. A CONTRATADA poderá subcontratar parte dos serviços, desde que previsto no Termo de Referência.

13.3. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA obriga-se a comunicar à CPRM a intenção de subcontratar parte do objeto, sendo que tal subcontratação dependerá de aprovação prévia e expressa da CPRM, que ocorrerá somente na hipótese prevista na subcláusula acima.

13.3.1. Em nenhuma hipótese o faturamento do(s) Subcontratado(s) poderá ser feito diretamente em nome da CPRM devendo ser feito diretamente à CONTRATADA que será a única e exclusiva responsável pelo pagamento devido ao(s) respectivo(s) Subcontratado(s).

13.3.2. Na hipótese de subcontratação de parte do objeto, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, perante a CPRM, por sua direção, execução, qualidade, fiscalização, integral e obrigatória observância de todos os termos, cláusulas, obrigações e condições deste Contrato.

13.3.3. A responsabilidade da CONTRATADA por serviços executados por Subcontratados por ela contratados é integral e solidária, abrangendo inclusive as obrigações por acidentes gerais e do trabalho e os encargos e deveres de natureza trabalhista, previdenciária e tributária.

13.3.4. Nenhuma cláusula contida nos contratos entre a CONTRATADA e seus Subcontratados se constituirá em vínculo contratual entre a CPRM e a CONTRATADA ou entre a CPRM e os Subcontratados.

13.3.5. Em hipótese alguma a CPRM se responsabilizará por quaisquer obrigações pactuadas entre a CONTRATADA e os Subcontratados.

13.3.6. Em todas as hipóteses, sempre que a CONTRATADA se utilizar de Subcontratados deverá fornecer à CONTRATANTE cópias autenticadas dos contratos celebrados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da respectiva celebração do contrato.

13.4. Sempre que lhe for solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar à CPRM os comprovantes de recolhimentos de encargos trabalhistas e previdenciários referentes à mão de obra dos Subcontratados. No caso do não fornecimento de qualquer dos comprovantes antes mencionados, ou na hipótese de ser verificada qualquer irregularidade, será facultado à CPRM exigir que seja imediatamente rescindida a subcontratação, sem prejuízo de poder pleitear da CONTRATADA a reparação das irregularidades encontradas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1. Os recursos necessários para os pagamentos do objeto deste Contrato, foram provisionados no orçamento da CPRM, para o exercício de [\(preenchido pela DICONTE\)](#), na seguinte classificação:

- Programa de Trabalho: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Natureza da Despesa: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Fonte: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Centro de Custo: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Processo nº: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Nota de Empenho nº: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUPERVISÃO DO CONTRATO

15.1. A designação do Gestor do Contrato, do fiscal e de um suplente caberá ao **Departamento de Administração de Material e Patrimônio - DEAMP**, indicados através de ofício.

15.2. A CONTRATADA deverá designar e indicar um supervisor por procuração que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, conforme a previsão do art. 173 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE

16.1. Será admitido o reajustamento dos preços, mediante reajuste dos prêmios, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data prevista para apresentação da proposta, com base na variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor AMPLO-IPCA, e calculada com base no último mês anterior ao vencimento do Contrato.

16.2. O reajuste mencionado nesta cláusula não será automático e dependerá de prévia manifestação formal da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

17.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

17.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

18.1. A CONTRATADA se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. A CONTRATADA declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO ANTINEPOTISMO

19.1. A CONTRATADA não possui administradores e/ou sócios dirigentes com vínculo familiar com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, bem como se obriga a não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/10.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DECLARAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. A CONTRATADA declara sob as penas da Lei que:

20.1.1. O signatário infra-assinado possui o poder de firmar o presente Contrato e cumprir as obrigações dele decorrentes.

20.1.2. Possui todas as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis necessárias para a celebração do presente Contrato e para execução de todas as obrigações dele decorrentes.

20.1.2.1. O disposto acima contempla as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis aos empregados, prepostos e/ou subcontratados envolvidos na execução do objeto contratado.

20.1.3. Não violará quaisquer direitos de Propriedade Intelectual de terceiros na execução de suas obrigações decorrentes do presente Contrato.

20.1.4. Reconhece que as prestações e responsabilidades assumidas são manifestamente proporcionais e que possui experiência e expertise nas atividades que lhe competem por força deste Contrato.

20.1.5. Possui suficiência para a execução do objeto e fornecimento dos materiais, ferramentas e mão de obra necessários à conclusão do objeto contratado no preço ajustado, o qual deverá cobrir inclusive todas as suas obrigações contratuais com relação a fornecimento e estocagem de material, utilização de equipamentos, transportes, instalações de apoio, canteiro, instalações, telefonia, mão de obra, impostos, taxas e emolumento, diretos ou indiretos e tudo o mais que for necessário à execução e manutenção dos serviços.

20.1.6. Conhecer e cumprirá o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM (www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

21.1. As partes se comprometem a:

21.1.1. Proteger os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma disposta na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.2. Assegurar a titularidade dos dados pessoais de toda pessoa natural, garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.3. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.4. Realizar o tratamento dos dados pessoais observando os princípios da boa-fé, da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da segurança, da prevenção, da não discriminação, da responsabilização e prestação de contas.

21.1.5. Facilitar, ao titular, o acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados.

21.1.6. Tratar os dados sensíveis somente nas hipóteses legais.

21.1.7. Tratar os dados pessoais de crianças e de adolescentes em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

21.1.8. Eliminar os dados pessoais, após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as finalidades dispostas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.2. Para os fins desta cláusula, todas as terminologias e expressões referentes a dados pessoais estão reguladas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.3. Salvo nova definição legislativa superveniente, “dado pessoal” é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

21.4. Salvo nova definição legislativa superveniente, “tratamento” é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As partes contratantes elegem desde já para dirimir as questões oriundas deste instrumento o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, de preferência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Integram o presente Contrato, para todos os fins de direito, o Termo de Referência e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **(preenchido pela DICONTE)**, devidamente rubricados, independente de transcrição.

23.2. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Contrato, prevalecerá este último.

23.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CPRM, garantida a eficácia das Cláusulas.

23.4. A assinatura deste termo pelo representante da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA SOARES FRANCISCO, Chefe da Divisão de Contratos**, em 11/09/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.sgb.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **2226233** e o código CRC **34651B0C**.

TERMO DE VISTORIA

Declaro, para fins de cumprimento do subitem 13.9, do Pregão Eletrônico nº ____, que a Seguradora _____, representada pelo Sr. _____, inspecionou os veículos a serem segurados visando a aceitação do risco, para verificação das características e do estado de conservação dos veículos, com a finalidade de efetuar uma avaliação das condições dos serviços.

LOCAL E DATA.

Pela CPRM:

—

Pela LICITANTE:

—

Local e data.

Pela CPRM: _____

Pela empresa licitante: _____

a ser preenchido pela empresa licitante.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREFERÊNCIA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins do disposto no subitem 13.9 do Edital, que a Seguradora _____, representada pelo Sr. _____, manifesta a sua preferência por não realizar a vistoria, assumindo, portanto, os riscos de uma avaliação menos acurada sobre a prestação do serviço; manifesta, outrossim, o conhecimento de todas as condições para a prestação do serviço, bem como a plena ciência de que não se admitirá, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento.

Local e data.

(Nome – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

a ser preenchido pela empresa licitante.